

09 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Novos tribunais foram aprovados na 'surdina', diz Barbosa

Presidente do STF volta a criticar criação de TRFs e prevê que serão construídos perto de 'resorts e grandes praias'

Ministro abre para a imprensa encontro com associações de juízes e manda dirigente baixar a voz durante discussão

DE BRASÍLIA

Num encontro tenso com representantes das três principais associações de juízes do país, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, afirmou ontem que os novos Tribunais Regionais Federais criados há uma semana foram aprovados de forma "sorrateira" e na "surdina".

Na reunião, Barbosa afirmou que as sedes destes TRFs serão construídas em "resorts e grandes praias" e ainda pediu que o vice-presidente de uma das entidades abaixasse o tom de voz e só falasse quando autorizado.

A Câmara aprovou na semana passada uma emenda à Constituição que criará mais quatro TRFs no país. As entidades foram favoráveis, mas Barbosa trabalhou contra a proposta alegando custos altos para o Judiciário.

O presidente do tribunal estava visivelmente impaciente com os juízes. Ao citar resorts e praias, ele fez referência aos encontros de ma-

gistrados organizados pelas entidades em hotéis no litoral e normalmente patrocinados por empresas privadas.

Recentemente, por exemplo, durante sessão do CNJ que debatia a participação de juízes nesses eventos, Barbosa fez uma série de críticas, chegando a dizer que "resorts não combinam em nada com o trabalho intelectual sério".

Foram ontem ao gabinete do ministro os presidentes da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), Nino Toldo; da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Nelson Calandra; e da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), João Bosco de Barcelos Coura, além de três outros juizes dirigentes das entidades.

ESTADO DE DIREITO

Normalmente, tais encontros são fechados, mas desta vez a presidência resolveu permitir a presença dos jornalistas que cobrem o STF.

Os juizes levaram ao presidente do tribunal um documento de três páginas com o que descreveram como "propostas que consignam o sentimento e preocupações dos juizes brasileiros, voltados à valorização e fortalecimento do Poder Judiciário, da Magistratura Nacional e do Estado Democrático de Direito".

Barbosa perguntou: "Os senhores acham que o Estado de Direito está enfraquecido? Temos seguramente a mais sólida democracia da América Latina e me causa uma certa estranheza um pedido para que não seja permitido que haja um enfraquecimento da instituição democrática".

O clima tenso chegou ao ápice quando o presidente do STF começou a criticar a emenda que cria os quatro novos tribunais. "Foi tudo feito a base de conversas de pé de ouvido", disse Barbosa.

Ele então foi interrompido pelo vice-presidente da Ajufe, Ivanir César Ireno Júnior, que afirmou ter havido debate sobre o tema no próprio CNJ, que Barbosa preside.

"Pelo que eu vejo, vocês participaram de forma sorrateira na aprovação", ironizou Barbosa. "Sorrateira não, ministro. Democrática e transparente", disse Ireno Júnior.

O presidente do STF então afirmou que eles eram "responsáveis, na surdina", deixando o representante da Ajufe mais incomodado.

"O senhor abaixe a voz que o senhor está na presidência do Supremo Tribunal Federal", disse Barbosa. O juiz disse que não estava gritando. "Então só me dirija a palavra quando eu lhe pedir", encerrou Barbosa. (FELIPE SELIGMAN)

09 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

BAHIA

Corregedor do CNJ diz que fará 'limpeza' no Tribunal de Justiça

DE SALVADOR - Responsável por controlar a qualidade do Judiciário no país, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) visitou ontem o Tribunal de Justiça da Bahia, em Salvador, e prometeu uma "limpeza" no órgão.

"A notícia que corre o Brasil inteiro é de que o TJ-BA é o pior do Brasil. Precisamos esclarecer se isso é verdade", disse o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão.

Segundo o CNJ, o TJ-BA é o mais atrasado do país na regularização dos cartórios, registra irregularidades no serviço de mais de 20 varas e tem "excesso de cargos comissionados" na presidência.

O principal alvo da inspeção iniciada ontem, segundo o CNJ, será a corrupção. "Vamos ser rigorosíssimos nessa questão. Corre até o risco de sentirmos saudade da ministra Eliana [Calmon]", disse Falcão, referindo-se à sua antecessora.

Ao seu lado, o presidente do TJ-BA, Mario Hirs, disse que casos de corrupção são pontuais e que o rótulo de pior do Brasil é construção da imprensa.

09 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Questões para os juízes

JANIO DE FREITAS

Elementos novos incidem sobre pontos decisivos no teor da acusação do mensalão

OS MINISTROS do Supremo Tribunal Federal vão deparar com grandes novidades em documentos e dados, quando apreciem os recursos à sentença formal, esperada para os próximos dias, da ação penal 470 ou caso mensalão. Muitos desses elementos novos provêm de fontes oficiais e oficiosas, como Banco do Brasil, Tribunal de Contas da União e auditorias. E incidem sobre pontos decisivos no teor da acusação e em grande número dos votos orais no STF.

A complexidade e a dimensão das investigações e, depois, da ação penal deram-lhes muitos pontos cruciais, para a definição dos rumos desses trabalhos. Dificuldades a que se acrescentaram problemas como a exiguidade de prazo certa vez mencionada pelo encarregado do inquérito na Polícia Federal, delegado Luiz Flávio Zamproha. Inquérito do qual se originou, por exemplo, um ponto fundamental na acusação apresentada ao STF pela Procuradoria Geral da República e abrigada pelo tribunal.

Trata-se, aí, do apontado repasse de quase R\$ 74 milhões à DNA Propaganda, dinheiro do Banco do Brasil via fundo Visanet, sem a correspondente prestação de quaisquer serviços, segundo a perícia criminal da PF. Estariam assim caracterizados peculato do dirigente do BB responsável pelo repasse e, fator decisivo em muitas condena-

ções proferidas, desvio de dinheiro público.

Por sua vez, perícia de especialistas do Banco do Brasil concluiu pela existência das comprovações necessárias de que os serviços foram prestados pela DNA. E de que foi adequado o pagamento dos R\$ 73,850 milhões, feito com recursos da sociedade Visanet e não do BB, como constou. Perícia e documentos que os ministros vão encontrar em breve.

No mesmo ponto da ação, outra incidência decisiva está revista: nem Henrique Pizzolato era o representante do Banco do Brasil junto à Visanet nem assinou sozinho contrato, pagamento ou aporte financeiro. Documento do BB vai mostrar esses atos sempre assinados pelo conjunto de dirigentes setoriais (vários nomeados ainda por Fernando Henrique e então mantidos por Lula). A propósito: os ministros talvez não, mas os meios de comunicação sabem muito bem o que é e como funciona a “bonificação por volume”, em transações de publicidade e marketing, que figurou com distorção acusatória no quesito BB/Visanet/DNA do julgamento.

A indagação que os novos documentos e dados trazem não é, porém, apenas sobre elementos de acusação encaminhados pela Procuradoria-Geral —aparentemente nem sempre testada a afirmação

policial— e utilizados em julgamento do Supremo. Um aspecto importante diz respeito ao próprio Supremo. Quantos dos seus ministros serão capazes de debruçar-se com neutralidade devida pelos juízes, sem predisposição alguma, sobre os recursos que as defesas apresentem? E, se for o caso, reconsiderar conceitos ou decisões —o que, afinal de contas, é uma eventualidade a que o juiz se tornou sujeito ao se tornar juiz, ou julga sem ser magistrado.

Pode haver pressentimento, sugerido por ocasiões passadas, mas não há resposta segura para as interrogações. Talvez nem de alguns dos próprios juízes para si mesmos.

09 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Júri do Massacre do Carandiru é adiado

Novo julgamento foi marcado para o próximo dia 15, depois que uma jurada passou mal e precisou deixar a sessão

Juíz terá que sortear novos nomes para compor o júri; outros três julgamentos do caso estão previstos

O julgamento de parte dos policiais militares acusados de homicídio no episódio conhecido como Massacre do Carandiru, que deixou 111 presos mortos em 1992, foi adiado pela segunda vez ontem.

Um novo júri teve que ser marcado para a próxima segunda, 15 de abril, depois que uma jurada passou mal.

O julgamento começou na manhã de ontem no Fórum da Barra Funda (zona oeste) e estava programado para durar entre uma e duas semanas.

Mas, com menos de uma hora de duração, ele foi interrompido, quando uma das mulheres que compunha o corpo de jurados pediu auxílio para um funcionário do Tribunal de Justiça e teve que deixar a sala amparada por ele.

A jurada passou por atendimento com um médico, que atestou que ela não teria condições de continuar no júri, de acordo com o juiz José Augusto Nardy Marzagão.

Sem o conselho completo, com os sete jurados obrigatórios, um julgamento não pode prosseguir por força de lei.

No próximo julgamento, nenhum dos sete jurados poderá ser aproveitado. O juiz terá que sortear novos nomes.

Sentaram no banco dos réus, ontem, 26 dos 79 policiais militares vivos denun-

ciados pelo Ministério Público. Outros cinco PMs morreram durante esses 20 anos.

Depois desse primeiro julgamento, haverá outros três, com datas não marcadas.

Os julgamentos foram divididos conforme os andares do pavilhão 9 do Carandiru.

Esse primeiro grupo, maioria de PMs da Rota (grupo de elite da Polícia Militar), é acusado de matar 15 presos no primeiro andar. Dois dos 26 policiais que começariam a ser julgados ontem não compareceram por motivos de saúde, disse o Tribunal de Justiça.

DESCONTRAÇÃO

Divididos em cinco fileiras, os 24 policiais militares pareciam confraternizar entre si.

Eles conversavam e davam risadas, diante de um plenário composto por apenas oito pessoas — fora os jornalistas. Lugares reservados para parentes das vítimas ou dos réus não foram ocupados.

Os policiais foram dispostos no plenário de frente para a plateia, como se estivessem em uma sala escolar.

Dessa forma, eles não estavam virados diretamente para os jurados, como nos julgamentos com menos réus.

Sem fardas e com roupas formais (camisas e calças sociais), eles aparentavam calma e confiança no resultado.

A advogada Ieda Ribeiro de Souza, que defende os 26 policiais, disse que os réus estavam descontraídos porque sabiam o que tinham feito.

“Eles estão assim porque estão tranquilos com relação aos fatos”, afirmou ela.

O promotor Fernando Peireira da Silva se disse frustrado com o adiamento do júri.

“Foi por uma contingência que foge ao controle do Judiciário ou a qualquer outra parte do processo, mas é uma semana para aguardar a realização do novo júri.”

O ex-secretário Luiz Antônio Fleury Filho, convocado como testemunha, não compareceu ontem.

09 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

RÉDEA CURTA

A presidente Dilma Rousseff inovou ao entrevistar candidatos ao STF (Supremo Tribunal Federal). Lula delegava a tarefa a auxiliares como Márcio Thomaz Bastos, que comandava o Ministério da Justiça. Joaquim Barbosa, por exemplo, já contou que viu o então presidente pela primeira vez no dia de sua posse. Não falou com ele nem mesmo por telefone antes de ser anunciado. Já Dilma não confia — quer ela mesma sabatinar o futuro ministro.

FOI VOCÊ?

A presidente não apenas centraliza a escolha como fica furiosa quando as conversas são descobertas pela imprensa. Na semana passada, telefonou para ministros e auxiliares para tentar descobrir como sua conversa com o tributarista Heleno Torres, que disputava a vaga, foi parar nos jornais.

NA FORMA DA LEI

O diretório estadual do PSDB de São Paulo foi condenado a indenizar em R\$ 30 mil a jornalista Mara Conti. Ela entrou com ação trabalhista afirmando que prestou serviços à legenda, sem registro, entre 2009 e 2011.

A Justiça reconheceu o vínculo empregatício e determinou o pagamento de rescisão e de horas extras, aviso prévio e férias vencidas. O partido diz que vai recorrer.

OAB pede a Renan fim de doações eleitorais privadas

DE BRASÍLIA - Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral pediram ontem ao presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), a aprovação de proposta que acaba com o financiamento privado das campanhas eleitorais.

O grupo disse a Renan que vai apresentar um projeto de iniciativa popular com esse teor se o Legislativo não modificar o atual sistema de doações.

Segundo os presidentes das duas instituições, Renan prometeu dar “celeridade” à discussão da proposta. No Senado, ele disse que o “esboço” apresentado pelas entidades “pode ser levado em consideração” quando a Casa for discutir a reforma política. O assunto está na pauta da Câmara.

PAINEL

Passa... A ministra Rosa Weber mandou redistribuir para o próprio Joaquim Barbosa reclamação de Márcio Thomaz Bastos contra o presidente do STF. O advogado questiona decisão de Barbosa de negar aos réus do mensalão acesso prévio aos votos.

...anel Barbosa, por sua vez, ao receber o pedido quis entregá-lo ao vice-presidente, Ricardo Lewandowski, mas não o localizou. O presidente, então, encaminhou a reclamação de Thomaz Bastos ao decano Celso de Mello.

09 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» POLÊMICA

Projeto cria fundo para proteção dos magistrados

| *Euclides Lucas Garcia*

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) pretende criar o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg). Conforme projeto de lei encaminhado ontem à Assembleia Legislativa, a medida, que a princípio não terá impacto financeiro aos cofres públicos, busca reforçar a segurança dos membros do Judiciário. A proposta, no entanto, vai encontrar forte resistência da Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg). Isso porque, para compor financeiramente o fundo, os cartórios extrajudiciais terão de repassar 0,2% do seu faturamento ao TJ.

De acordo com o tribunal, a criação do Funseg atende às determinações da resolução 104, de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No documento, o CNJ fala sobre a necessidade de dar mais segurança aos magistrados, diante dos “casos de ameaças e atentados aos juízes que exercem as suas atribuições nas varas criminais, sem embargo da morte de alguns”, com frequência “cada vez maior e preocupante”.

Pelo projeto enviado à Assembleia, os recursos do fundo virão, entre outras fontes, de transferências dos três poderes, de acordos com entidades de direito público ou privado e instituições financeiras, de aplicações financeiras. Além disso, 0,2% da receita bruta dos cartórios extrajudiciais também será destinada ao Funseg.

A medida não foi bem recebida pelos cartórios. Para o presidente da Anoreg, Robert Jonczyk, o TJ equivocou-se ao elaborar a proposta, uma vez que os emolumentos são garantidos integralmente sobre o serviço prestado. “Uma classe que presta um serviço a toda a população paranaense não pode arcar com o ônus de garantir segurança aos juízes.”

09 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Justiça condena Roberto Requião por enviar cartas para se autopromover

Decisão do TJ é referente a ações do primeiro mandato do peemedebista como governador do estado. Ele terá de pagar multa

l Karlos Kohlbach

O ex-governador e atual senador Roberto Requião (PMDB) foi condenado numa ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público (MP) em 1997 — três anos depois do fim da primeira gestão do peemedebista no governo do estado. Requião terá de pagar multa correspondente a dez vezes o valor do último salário recebido como governador em 1994 — pouco mais de R\$ 65 mil, sem contar a correção. Cabe recurso da decisão.

Os desembargadores da 5.^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça, por maioria, entenderam que Requião cometeu ato de improbidade ao enviar correspondências não oficiais com cunho promocional e ofensivo. E também por utilizar funcionários da administração pública para formatar e enviar as cartas. Entre os servidores uti-

lizados por Requião, segundo a decisão do TJ, estão até policiais militares.

A ação do MP responsabilizava Requião e os ex-servidores Cláudio Benito Antunes Ribeiro e Mauro e Sérgio Trauczinski Rocha por ato de improbidade em dois fatos: o envio de correspondências de cunho pessoal, favorecendo Requião; e a emissão irregular de diárias e passagens áreas para funcionários do governo — durante a primeira gestão de Requião no Palácio Iguaçu — de 1990 a 1994.

A Justiça de 1.^o grau havia inocentado Requião das duas acusações — o que levou o MP recorrer ao TJ — e condenou Ribeiro e Rocha. Os desembargadores reformaram parte da decisão. Os magistrados entenderam que o ex-governador não teve qualquer envolvimento na concessão irregular de diárias e passagens. No entanto, Requião acabou condenado pelo envio das correspondências, uma vez que ele seria o principal interessado.

“O teor das correspondências eram sim de promoção pessoal, sacramentando ainda que houve a utilização de servidores [policiais] para trabalhar no interesse pessoal e partidário do então governador”, diz um trecho da sentença, do dia 14 de março deste ano, assinada pelo juiz substituto Rogério Ribas.

Diárias

Ribeiro e Rocha foram responsabilizados pelos dois atos pela Justiça de 1.^o grau, mas o TJ excluiu a pena de ressarcimentos dos recursos públicos e a perda das funções públicas. O tribunal manteve apenas o pagamento da multa. O juiz não determinou o ressarcimento dos valores desviados porque “não há nem demonstração efetiva do enriquecimento e nem de quanto foi o dano causado ao erário”, diz o juiz, para depois criticar o trabalho do MP. “Neste ponto falhou a investigação”.

CONTINUA

“O teor das correspondências eram sim de promoção pessoal, sacramentando ainda que houve a utilização de servidores para trabalhar no interesse pessoal e partidário do então governador.”

Trecho da sentença assinada pelo juiz Rogério Ribas.

09 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

BRECHA

Mesmo condenado por órgão colegiado, senador não se torna ficha-suja

Apesar da decisão do Tribunal de Justiça do Paraná que condenou o ex-governador Roberto Requião (PMDB) por ato de improbidade administrativa, o peemedebista não está no rol da lista dos políticos fichas-sujas. Isso porque há uma brecha na Lei da Ficha Limpa.

A legislação prevê que só ficarão inelegíveis pessoas condenadas à suspensão dos direitos políticos por ato de improbidade administrativa que resulte em lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito. Requião, porém, foi condenado por ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública – artigo que a Lei da Ficha Limpa não contempla.

! Advogados vão recorrer da decisão

A assessoria de imprensa do senador Roberto Requião (PMDB-PR) informou que os advogados do peemedebista vão recorrer da decisão do Tribunal de Justiça e destacou que a ação foi julgada improcedente pela Justiça de 1.º grau. A reportagem não conseguiu entrar em contato com Requião.

Na defesa apresentada na ação, os advogados do ex-governador negaram que as correspondências enviadas se tratassem de promoção pessoal. E dizem que “em suma, não há qualquer ato de improbidade praticado pelo então governador”.

A reportagem não localizou o ex-diretor geral da secretaria da Casa Civil, Mauro Sérgio Trauczinski Rocha, e o ex-subchefe de Assuntos Especiais da pasta, Cláudio Benito Antunes Ribeiro, também condenados na ação.

Sem provas

Em juízo, Ribeiro argumentou que é nula a sentença de 1.º grau, pois as provas seriam ilícitas e que as testemunhas de acusação em momento algum teriam afirmado a participação dele no esquema envolvendo a emissão de diárias e passagens aéreas.

Já os advogados de Rocha disseram que não há provas para condená-lo e que houve prescrição, por isso o processo deve ser extinto. Os defensores ainda argumentam que as acusações são inverídicas e que Rocha, Ribeiro e Requião foram absolvidos em processo criminal envolvendo os mesmos fatos.

GAZETA DO POVO



09 ABR 2013

» LICITAÇÃO BILIONÁRIA

Oposição entra com ação para ver projeto do “Tudo Aqui”

Euclides Lucas Garcia

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa entrou ontem na Justiça com um pedido para obter mais detalhes a respeito do programa “Tudo Aqui Paraná”. Na ação cautelar de exibição de documentos, os opositoristas exigem ter acesso ao projeto básico do programa, que mostra, por exemplo, como se chegou ao valor de quase R\$ 3 bilhões previstos na licitação, suspensa na semana passada.

Há quase um mês, a oposição tenta conseguir informações sobre o “Tudo Aqui”, mas vem enfrentando a resistência da ampla maioria governista no Legislativo. Em virtude disso, decidiu ir à Justiça para obter cópias do projeto que embasou a licitação do programa — somente os documentos do edital são públicos. “Sem saber como o projeto foi fundamentado, não temos condições de conferir se o interesse público está sendo preservado”, defendeu o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT).

Projetado para concentrar num único local uma série de serviços municipais, estaduais e federais, o “Tudo Aqui”, cujo contra-

to será de 25 anos prorrogáveis por mais 25, custará R\$ 2,9 bilhões aos cofres públicos. Além do montante bilionário, um dos pontos mais controversos da proposta está no fato de a empresa Shopping Cidadão, que foi quem sugeriu a implantação do programa ao governo do estado, também ter elaborado o projeto básico que embasou o edital da licitação. Para os opositoristas, isso demonstra um suposto direcionamento a favor da companhia.

Críticas

Também ontem, o líder do governo na Casa, Ademar Traiano (PSDB), criticou a decisão do Tribunal de Contas do Estado (TC) de suspender a concorrência do “Tudo Aqui” até analisar toda a documentação envolvendo o certame. O líder do governo classificou como prematura a decisão.

“Enquanto não houver o processo licitatório, vejo que o TC se insurgir é um tanto quanto prematuro. A competência de fazer essa análise mais rigorosa é após a licitação”, argumentou Traiano.

Procurado, o TC não quis comentar as declarações do parlamentar. Assim que for notificado, o Executivo terá cinco dias para responder ao tribunal. Apesar de o governo ter suspenso a licitação por conta própria antes da decisão do TC, a concorrência só poderá ser retomada após o aval da corte.

CELSO NASCIMENTO

Olho vivo

Tudo na Justiça 1

Apesar de o governador Beto Richa ter acatado a ordem do Tribunal de Contas de suspender temporariamente o processo de licitação do “Tudo Aqui Paraná”, a oposição não desistiu de recorrer à Justiça para desvendar os mistérios que rondam o projeto. Ontem, deu entrada numa das varas da Fazenda Pública a uma petição em que requer toda a documentação referente à concorrência que pretende destinar R\$ 3 bilhões para que uma empresa privada administre nove centrais de serviços públicos, por 25 anos.

Tudo na Justiça 2

A decisão de entrar na Justiça para obter as informações foi tomada após o malogro de pelo menos três tentativas de obtê-las pelos meios regimentais da Assembleia Legislativa. Um requerimento foi rejeitado, assim como um convite e uma convocação do secretário do Planejamento, Cassio Taniguchi. Todos os pedidos foram derrotados pela maioria governista, sob o argumento de que as explicações já tinham sido dadas em audiência pública e também ao Tribunal de Contas.

Tudo na Justiça 3

O líder da oposição, deputado Tadeu Veneri, mostrou ontem na tribuna foto da audiência pública: pouco mais de uma dezena de pessoas ocupava o acanhado auditório em que foi realizada — com o detalhe de que a maioria dos presentes era constituída por servidores do próprio governo. Por outro lado, o presidente do Tribunal de Contas, Artagão de Mattos Leão — que mandou suspender a licitação que ocorreria no próximo dia 25 — desmentiu Taniguchi: o TC nunca foi procurado para conhecer previamente o edital.

09 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Barbosa critica criação “sorradeira” de tribunais

Em reunião com associações de juízes, presidente do STF diz que sedes de novos TRFs serão construídas em “resorts”

Num encontro tenso com representantes das três principais associações de juízes do país, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, afirmou ontem que os novos Tribunais Regionais Federais (TRFs) criados há uma semana foram aprovados de forma “sorradeira” e na “surdina”.

Na reunião, Barbosa afirmou que as sedes destes TRFs serão construídas em “resorts e grandes praias”.

A Câmara aprovou na semana passada uma emenda à Constituição que criará mais quatro TRFs no país — um deles terá a sede no Paraná. As entidades foram favoráveis, mas Barbosa trabalhou contra a proposta alegando custos altos para o Judiciário.

Estavam no gabinete do ministro os presidentes da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Toldo; da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra; e

da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), João Bosco de Barcelos Coura, além de três outros juízes dirigentes das entidades.

O clima ficou tenso quando Barbosa disse que “foi tudo feito a base de conversas de pé de ouvido”.

Ele então foi interrompido pelo vice-presidente da Ajufe, Ivanir César Ireno Júnior, que afirmou ter havido debate sobre o tema no próprio CNJ, que Barbosa preside.

“Pelo que eu vejo, vocês participaram de forma sorradeira na aprovação dos TRFs”, ironizou Barbosa. “Sorradeira não, ministro. Democrática e transparente”, disse Ireno Júnior.

“O senhor abaixe a voz que o senhor está na presidência do Supremo Tribunal Federal”, disse Barbosa. O juiz disse que não estava gritando. “Então só me dirija a palavra quando eu lhe pedir”, encerrou Barbosa.

“Pelo que eu vejo, vocês (juízes) participaram de forma sorradeira na aprovação dos TRFs.”

Joaquim Barbosa, presidente do STF.

“Sorradeira não, ministro. Democrática e transparente”

Ivanir César Ireno Júnior, vice-presidente da Ajufe.

“O senhor abaixe a voz que o senhor está na presidência do Supremo Tribunal Federal.”

Joaquim Barbosa.

CONTINUA

09 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Juízes e advogados rejeitam declarações

Representantes de entidades do Paraná que estiveram engajados na campanha pela criação dos quatro novos tribunais federais no país reagiram ontem às declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa. “Faltou serenidade para o nosso presidente do Supremo. É importante que esta situação seja bem esclarecida, mas está faltando calma e serenidade por parte do Judiciário”, disse o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, José Lúcio Glomb.

Ele também criticou a declaração de Barbosa de que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi feita de forma “sorradeira” e na “surdina”, citando que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não se manifestou. Para Glomb, o CNJ se omitiu. “O CNJ já deveria ter se manifestado, mas se omitiu. E a sociedade se movimentou porque não aguenta mais a situação que existe.”

O ex-presidente da Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe) Anderson Furlan criticou a forma com a qual o ministro Joaquim Barbosa tem tratado seus pares no Supremo, jornalistas e agora os juízes. “Como cida-

dão, recebo muito mal as declarações do ministro Joaquim Barbosa, porque parece uma tentativa de se desqualificar através de adjetivos pejorativos um trabalho transparente e democrático”, completou.

No início da noite, os conselheiros federais da Ordem dos Advogados do Brasil divulgaram nota pública refutando e repudiando as declarações de Barbosa. “O Conselho Federal da OAB entende do seu dever refutar e repudiar tais declarações, por inexatas, impertinentes e ofensivas à valorosa classe dos advogados”, diz a nota.

09 ABR 2013

GAZETA DO POVO

BESSA

Letras que fazem justiça

O jurista e professor Luiz Edson Fachin acaba de ser eleito presidente da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Também compõem a nova diretoria o desembargador Munir Karan (vice-presidente) e o advogado Maurício Kuehne (diretor tesoureiro). A assembleia ocorreu no Espaço Cultural Maurício Montanha Teixeira, da OAB-PR. Fachin substitui o advogado Alfredo de Assis Gonçalves Neto. !

BESSA

O procurador de Justiça Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca lança hoje o livro *A Garantia da Liberdade Individual e o Direito Brasileiro*, com coquetel a partir das 19h30, na Livrarias Curitiba do ParkShopping Barigüi.

GAZETA DO POVO

Senado discute fortalecimento dos Procons

09 ABR 2013

A maioria das causas nos juizados especiais diz respeito ao direito do consumidor. Segundo José Guilherme Werner, integrante do Conselho Nacional de Justiça, hoje os juizados são verdadeiros tribunais de consumidores. "No Rio de Janeiro, 93% das demandas submetidas aos juizados especiais cíveis são de consumidores. Há uma individualização de demandas que, na verdade, são de massa. O defeito no celular, o contrato no banco, envolvem um tratamento individual, mas os Procons podem ser as primeiras portas de atendimento", destacou.

Segundo a Associação Brasileira de Procons, oito em cada dez casos são resolvidos por meio da conciliação. Mas apesar de ser um fórum consolidado no Brasil, o fortalecimento dos Procons está sendo discutido no Congresso. No Senado, o tema não está no escopo dos três projetos que pretendem modernizar o Código de Defesa do Consumidor, mas segundo o presidente da Comissão de Atualização do Código de Defesa do Consumidor, senador Rodrigo Rollemberg, que promoveu uma audiência pública sobre assunto ontem, a questão estará entre as discussões da modernização da lei.

No mês passado, o Executivo enviou à Câmara um projeto de lei que dá mais poderes aos Procons. Pela proposta, os órgãos poderão aplicar medidas corretivas em caso de infração às normas de defesa do consumidor. A intenção do governo é reduzir o número de ações nos tribunais.

09 ABR 2013

GAZETA DO POVO

»JULGAMENTO

Ministro libera voto e acórdão do mensalão já pode ser publicado

O ministro Celso de Mello, do STF, entregou ontem o voto escrito que proferiu no processo do mensalão. Os outros dez ministros que participaram do julgamento já haviam liberado seus votos. Com as anotações do ministro, o tribunal vai precisar de dois a três dias úteis para encaminhar o acórdão para publicação no Diário de Justiça. Portanto, isso deverá acontecer até o fim da semana.

O acórdão é um documento com o resumo das decisões tomadas ao longo dos quatro meses e meio de julgamento.

A assessoria do STF informou que Celso de Mello precisou de mais tempo para revisar seu voto porque o número de intervenções orais dele era maior que a de outros ministros. O tribunal vai precisar de dias extras para publicar o material completo, porque precisa montar a ordem de fala de cada ministro. Também será necessário inserir nos votos os apartes dos colegas.

Após a publicação do acórdão, os advogados dos réus terão prazo de cinco dias úteis para recorrer das condenações. O Ministério Público Federal poderá recorrer das absolvições. Depois de julgados os recursos, os réus condenados começarão a cumprir pena. Não há prazo para o STF julgar os recursos.

Dos 37 réus, 25 foram condenados e 12, absolvidos. Vários condenados pediram ao tribunal prazo maior do que os cinco dias previstos pelo regimento para apresentar recursos após a publicação do acórdão. Joaquim Barbosa negou o pedido. Os réus recorreram ao plenário, mas a decisão ainda não foi tomada.

DENÚNCIA

Inquérito na PF para investigar Lula deve ser aberto até amanhã

A Polícia Federal em Brasília deve abrir entre hoje e amanhã inquérito para apurar o suposto envolvimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o mensalão. O inquérito foi requisitado pelo Ministério Público Federal com base na denúncia feita por Marcos Valério Fernandes de Souza, em depoimento prestado à Procuradoria-Geral da República (PGR) em setembro de 2012.

No depoimento, o empresário disse que houve um repasse de US\$ 7 milhões para o PT, negociado com Miguel Horta, então presidente da Portugal Telecom. A negociação teria ocorrido no Planalto com Lula e o ex-ministro Antonio Palocci. A PF deverá decidir nas próximas horas quem presidirá o inquérito. Não cabe à polícia avaliar se a requisição do Ministério Público é ou não procedente.

Valério foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a mais de 40 anos como operador do mensalão, esquema de compra de votos de parlamentares para votar a favor do governo.

09 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» MASSACRE DO CARANDIRU

Jurada passa mal e julgamento é adiado

Júri será retomado na próxima segunda-feira, quando 26 policiais militares começam a ser julgados pela morte de 15 detentos

O julgamento do caso conhecido como massacre do Carandiru, que deixou 111 mortos em outubro de 1992, foi adiado ontem, depois que uma das juradas passou mal. De acordo com o Tribunal de Justiça de São Paulo, o júri será retomado na próxima segunda-feira.

O julgamento começou por volta das 11h10 no Fórum da Barra Funda, zona oeste. Após a escolha do conselho de sentença — composto por cinco mulheres e dois homens — foi feita a leitura das peças. Uma das juradas passou mal durante a leitura e, após o intervalo para o almoço, o juiz José Augusto Nardy Marzagão decidiu adiar o julgamento, anunciando a impossibilidade de a jurada permanecer no plenário por problemas de saúde.

Com a suspensão, novos jurados serão escolhidos e nenhum dos que foram selecionados poderá retornar, segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo. Ontem seria o primeiro dia do julgamento de 26 dos 84 po-

liciais militares acusados pelo Ministério Público de cometer os homicídios no Pavilhão 9 do presídio. Defesa e acusação sustentam que a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) é subproduto da ação policial que deixou 111 mortos na invasão da antiga Casa de Detenção.

Os 26 policiais vão ser julgados pela morte de 15 detentos no primeiro andar, também chamado de segundo pavimento.

Manifestação

Estudantes de direito da Universidade de São Paulo (USP) instalaram ontem, em frente ao prédio da faculdade, no centro da capital, 111 cruzes para lembrar o número de presos mortos por policiais militares na Casa de Detenção do Carandiru. Além das cruzes, faixas, cartazes e bandeiras a meio mastro faziam parte do ato de luto pelo massacre.

Segundo o representante do Centro Acadêmico XI de Agosto, Renan Perlati, de 20 anos, a intervenção faz parte de uma série de atividades com as quais os estudantes pretendem discutir a política de encarceramento no Brasil. “Nossa ideia é fazer com que as pessoas, ao passar por entre as cruzes,

lembrem que são todos seres humanos e que temos que ser contra qualquer tipo de massacre”, afirmou.

Os estudantes também pretendem fazer, ainda neste ano, um mutirão jurídico em presídios paulistas para ajudar na regularização da situação dos detentos.

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Celeridade na reforma

Representantes da OAB e do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCEE) pediram ontem ao presidente do Senado Federal, **Renan Calheiros (PMDB-AL)**, a aprovação de proposta que acaba com o financiamento privado das campanhas eleitorais. O presidente do MCEE, Marlton Reis, afirmou que o atual modelo permite que as empresas sejam "retribuídas" pelos candidatos eleitos, o que abre caminho para desvios no governo. Renan teria prometido dar "celeridade" à discussão da proposta – que está na pauta da Câmara dos Deputados. A OAB lançou ontem o manifesto "Eleições limpas: contra o financiamento privado e em defesa do financiamento democrático de campanhas". O documento exclui as doações de pessoas jurídicas do processo eleitoral e tem o apoio de mais de 40 entidades.

Ex-secretário terá de devolver R\$ 1,5 milhão aos cofres públicos

O ex-secretário estadual de Meio Ambiente Hitoshi Nakamura, que atuou durante a gestão do governador Jaime Lerner, entre 1996 e 2000, terá de devolver pouco mais de R\$ 1,5 milhão ao es-

tado. O dinheiro é referente a irregularidades nas obras do "Portal Paisagístico e Turístico de Foz do Iguaçu". A decisão é do Tribunal de Contas do Paraná (TC) e ainda cabe recurso. Procurado, Nakamura disse que ainda não tinha sido notificado da decisão e que não sabia se iria recorrer.

Vereadora suspeita de autossequestro é denunciada pelo MP

O promotor Jânio Luiz Pereira, de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, ajuizou denúncia contra a vereadora do PT Ana Maria de Holleben e outras cinco pessoas pela suspeita da simulação do sequestro da vereadora para justificar a ausência dela na eleição da Mesa Executiva da Câmara, no dia 1.º de janeiro. Ainda não há parecer judicial sobre a denúncia.

09 ABR 2013

Alunos prestarão serviço comunitário por terem praticado atos obscenos

Os dois estudantes da Universidade de São Paulo (USP) de São Carlos que protestaram tirando a roupa para afrontar feministas durante o evento denominado "Miss Bixete", em fevereiro deste ano, terão de cumprir 30 horas de trabalho comunitário. Um outro, que simulou fazer sexo com uma boneca inflável, recebeu a mesma pena. A pena foi definida durante audiência na semana passada no Ministério Público. A confusão ocorreu durante o evento que prevê o desfile de calouras no campus. Ao desfilar, elas são pressionadas a dançar, fazer poses sensuais e outros atos que geraram a revolta de um grupo feminista. Os alunos que participavam da brincadeira resolveram revidar xingando as garotas que protestavam. Dois deles ficaram pelados e mostraram a elas os órgãos genitais.

09 ABR 2013

GAZETA DO POVO

SÍNTESES

O ABORTO E O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CARLOS VITAL TAVARES / DESIRÉ CARLOS CALEGARI

Em defesa da

autonomia e da saúde

Inflamada polêmica surgida recentemente, que inclui ataques diretos destoantes do espaço democrático e da liberdade de expressão constitucionalmente previstos no país, obriga o Conselho Federal de Medicina (CFM) a esclarecer o posicionamento adotado pela entidade com relação ao tema do aborto.

A decisão, que constitui resposta à solicitação feita pela Comissão Especial do Senado criada para cuidar da reforma do Código Penal Brasileiro, representa o entendimento da instituição, fundado sobre aspectos éticos, bioéticos, epidemiológicos, sociais e jurídicos. Visões distintas devem ser respeitadas, como se espera num Estado Democrático de Direito.

O CFM decidiu, por maioria, expressar ser favorável à ampliação do leque de situações onde há exclusão de ilicitude em caso de interrupção da gestação. É preciso ressaltar novamente que essa decisão não significa ser a entidade favorável ao aborto ou à sua descriminalização.

Ao contrário do que se tem propalado, a aprovação dos pontos propostos pela reforma do Código Penal não descriminalizará o aborto. O que está em discussão são as "causas excludentes de ilicitude". Ou seja, somente em situações previstas em lei a interrupção da gestação não configurará crime. Ato praticado fora desse escopo deverão e continuarão a ser penalizados.

Não obstante esforços de legisladores e juriconsultos, questões complexas e polêmicas relacionadas ao aborto de embrião humano continuam à espera de atitudes responsivas. Nesse campo, estão inseridos interesses e direitos (coletivos e individuais, morais e religiosos).

No país, tais questões se contextualizam em circunstâncias de mistanásia, haja vista que, por ano, milhares de mulheres, muitas das quais adolescentes — e até mesmo crianças —, morrem ou são vítimas de sequelas permanentes em decorrência de procedimentos de abortos. Afinal, por causa de sua criminalização, tais atos são realizados na clandestinidade, inserindo o problema como prioridade na agenda da saúde pública.

Estudos mostram que, no segmento de até 40 anos de idade, de cada cinco mulheres pelo menos uma já se submeteu a um procedimento desse tipo. A maioria delas possui baixa escolaridade e precária situação socioeconômica, o que agrega um forte ingrediente social ao problema. Ou seja, grande parte daquelas que perdem a vida, ficam sequeladas e sofrem com a indiferença da sociedade são pobres, negras, analfabetas e moradoras de periferias.

Sem dúvida, os estreitos limites excludentes de ilicitude do aborto previstos em nosso anacrônico Código Penal, datado de 1940, são incoerentes com os compromissos humanísticos e humanitários, paradoxais à responsabilidade social e aos tratados internacionais subscritos pelo governo brasileiro.

CONTINUA

09 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Assim, a análise desse tema não pode ser tratada como pauta maniqueísta, de reserva teológica ou de fé dogmática, de decisões universais ou cartesianas. Pelo contrário, deve ser conduzida com respeito à bioética e às bases jurídicas e socioantropológicas existentes, orientando-se pela busca de soluções aos conflitos estabelecidos.

Portanto, para impedir que a transformação do direito à vida assuma o caráter de dever de sofrimento para milhares de mulheres, consubstancia-se a recomendação de outorga legal a uma Comissão Nacional para elaboração de diretrizes com a finalidade de ampliar os limites excludentes de ilicitude do aborto no Brasil: uma nação marcada por enormes diferenças a serem erradicadas com a ajuda da compaixão e da solidariedade.

Carlos Vital Tavares Correia Lima é presidente em exercício do Conselho Federal de Medicina (CFM); **Desiré Carlos Callegari** é 1º secretário e diretor de Comunicação do CFM.

GAZETA DO POVO

FERNANDO SILVEIRA PICHETH

09 ABR 2013

A vida humana, dom inalienável

O que é um feto quando alcança a 12.^a semana? É um nascituro, isto é, aquele que vai nascer e está em plena fase de crescimento, que é rápido. Já há os centros de ossificação que aparecem no esqueleto (este desde a 9.^a semana); os braços, antebraços, mãos, coxas, pernas e pés já estão formados; o fígado, o baço e outros órgãos, em desenvolvimento célere. O nascituro, o feto, já excreta urina no líquido amniótico. O sistema nervoso e os primórdios do coração começaram na 3.^a semana. Três semanas após a milagrosa fecundação, aparecem os vasos sanguíneos, que de forma emergencial e tão precoce surgem para trazer o oxigênio e os nutrientes a partir da circulação da mãe, que, como auxiliadora, se dispõe a alimentar aquela criança necessitada, seu inquieto, fruto do amor, que foi programado para nascer.

No outro extremo está o médico. Aquele profissional que trata, que salva, que cura, que orienta e que um dia professou à comunidade, sob o representante da lei, que o respeito à vida, dom inalienável, seria a sua meta. Mas eis que das trevas emerge o Caronte, o gênio do mundo infernal, a sugerir a interrupção da gravidez até a 12.^a semana. Nascer essa ignomínia do Conselho Federal de Medicina é a maior impudícia até hoje ouvida e lida de uma instituição que deveria saber o porquê da sua existência.

Propor a interrupção da gravidez independentemente da fase da gestação é um ato abominável. Muito mais grave quando essa autorização parte do Conselho Federal de Medicina. O Princípio VI do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM n.º 1.931/2009, diz: "O médico

guardará absoluto respeito pelo ser humano e atuará sempre em seu benefício. Jamais utilizará seus conhecimentos para causar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir ou acobertar tentativa contra sua dignidade e integridade".

Deve-se lembrar, também — por se tratar de tortura e procedimento degradante matar um feto, um ser humano em formação —, o artigo 25 do Capítulo III (Responsabilidade Profissional) do mesmo Código, que diz ser vedado ao médico "deixar de denunciar prática de tortura ou procedimentos degradantes, desumanos ou cruéis, praticá-las, bem como ser conivente com quem as realize ou forneça meios, instrumentos, substâncias ou conhecimentos que a facilitem".

Se é vedado ao médico deixar de denunciar, conforme o cânone acima, e se o médico guardará absoluto respeito pelo ser humano, mesmo em se tratando de nascituro, é necessário que a comunidade saiba que nem todos os profissionais médicos apoiam esta excrescência emanada pelo Conselho Federal de Medicina.

Fernando Silveira Picheth, médico, é professor aposentado no Setor de Saúde-Medicina da Universidade Federal do Paraná e ex-professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

VARA CRIMINAL

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Clayton Camargo, conduziu na tarde de 27 de março, a solenidade de instalação da Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, localizada no bairro Santa Cândida. "A criação desta Vara ajudará a proporcionar mais segurança, celeridade, mais eficiência da máquina jurisdicional, que é o que o artigo 37 da Carta da República ordena ao gestor público" disse o Gestor do Processo de Instalação e Estatização, Desembargador Francisco Rabello, parabenizando o presidente do TJ. Por sua vez, o Presidente do Tribunal, enfatizou que com a instalação desta 2ª Vara Criminal ganham os magistrados, promotores, advogados, os agentes estatais encarregados no combate ao crime e principalmente à população curitibana que terá ao lado dos já existentes, mais um eficaz instrumento de combate a crimes.

MUTIRÃO CARCERÁRIO

Ainda na mesma tarde, na Sala de Atos da presidência do Tribunal de Justiça, foi realizado o encerramento do Mutirão Carcerário – Justiça no Bairro, realizado no Ceebja-Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos, em Piraquara, entre os dias 20 e 27 de março. O mutirão foi coordenado pelos juízes das Varas de Execuções Penais, Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior e Moacir Antonio Dala Costa. Foram analisados 2063 pedidos de benefícios de detentos do sistema prisional do Paraná incluindo delegacias de polícia. Destes, foram julgados 1175 pedidos, sendo 937 deferidos e 238 indeferidos. Os resultados assinalam que foram expedidos 267 alvarás de soltura, 217 progressões para o regime semiaberto e 462 comutações, remissões de pena e indultos.

CASAMENTO HOMOAfetivo

O Corregedor de Justiça, Desembargador Eugênio Achille Grandinetti, considerando o julgamento da ADPF nº 132/RJ conjuntamente com a ADI nº 4.277/DF do Supremo Tribunal Federal (STF) e REsp nº 1.183.378/RS do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que permitiu a habilitação de casal homoafetivo para celebrar casamento civil, determinou, por meio de uma instrução normativa, para os magistrados e agentes delegados aos Registros Cíveis que observem a referida decisão de forma que o procedimento seja uniforme em todo o Estado do Paraná. A referida instrução normativa, que foi motivada por decisão que abriu o precedente jurídico, determina que em virtude da possibilidade de habilitação para o casamento homoafetivo, desde que atendidas as demais exigências legais, seja deferida a conversão da união estável de pessoas do mesmo sexo em casamento civil.

ÓRGÃO ESPECIAL

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Clayton Camargo, instituiu junto ao Gabinete da Presidência, por meio do Decreto Judiciário nº 649/2013, Assessoria Jurídica visando especialização nas matérias de competência do Órgão Especial. Inicialmente composta por 12 assessores de carreira a equipe funcionará no Gabinete da Presidência para a elaboração de pareceres, consultas e projetos de votos e atenderá aos membros do Órgão Especial, mediante a disponibilização de um assessor jurídico para cada dois de seus integrantes.

POSSEJUÍZES

Doze juízes substitutos tomaram posse na última quinta-feira, dia 4, às 17h, na Sala Desembargador Clotário Portugal, 12º Andar do prédio anexo ao Palácio da Justiça. Os novos juízes foram aprovados no último concurso realizado em 2012. Tomaram posse como Juízes Substitutos os seguintes aprovados: Rafael Kramer Braga, 66ª Seção Judiciária com sede em Prudentópolis; Rafaela Mari, 59ª seção com sede em Guaratuba; Maria Serra Carvalho, 60ª seção com sede em Antonina; Antonio Evangelista de Souza Netto, 53ª seção com sede na Lapa; Fábio Renato Mazzo Reis, 32ª seção com sede em Bela Vista do Paraíso; Rodrigo Yabagata Endo, 67ª seção com sede em São Mateus do Sul; Ariane Maria Hasemann, 61ª seção com sede em Jandaia do Sul; Nara Meranca Bueno Pereira Pinto, 26ª seção com sede em Cornélio Procópio; Marcelo Furlanetto da Fonseca, 21ª seção com sede em Bandeirantes; Thaís Ribeiro Franco, 24ª seção com sede em Castro; Erika Luiza Dias Pinto, 33ª seção com sede em Irati; João Guilherme Barbosa Elias, 48ª seção com sede em Telêmaco Borba.

MUTIRÃO JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça do Paraná realiza, desde o dia 1º, Mutirão de Autuação e Especialização de aproximadamente 33.700 processos em segundo grau que se encontram represados. A ideia, liderada pelo 1º Vice-Presidente do TJ, Desembargador Paulo Vasconcelos, é trabalhar com equipe formada por estagiários contratados (muitos cedidos por desembargadores) e assessores da 1ª vice-presidência para atuar de forma itinerante, junto às divisões do Departamento Judiciário, que mais carecem de pessoal, fazendo com que o Tribunal ganhe em excelência e produtividade. O mutirão recai apenas sobre as Apelações Cíveis, tendo em vista que todos os demais processos – medidas urgentes e processos criminais - estão com autuação e distribuição em dia.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes, Lucas Martins de Toledo (1º grau) e Fernando Cesar Zeni (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 08 a 15 de abril. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3200-3040/ 3323-6767.

09 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Vedação a liberdade provisória não justifica prisão preventiva

Somente a vedação de liberdade provisória prevista na Lei 11.343/2006, que disciplina o tratamento ao crime de tráfico de drogas, não pode justificar a conversão de prisão em flagrante em prisão preventiva, sem que os elementos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal — garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria — estejam presentes.

Esse foi o entendimento do STF ao deferir, na última quarta-feira (3/4), liminar para conceder

liberdade provisória a três homens presos em flagrante por tráfico de drogas, derrubando decisão anterior que havia negado liminarmente outro pedido de HC, no Superior Tribunal de Justiça, decisão esta proferida pela ministra Assusete Magalhães. Para o ministro Dias Toffoli, relator do pedido de HC substitutivo no Supremo, ficou clara a ilegalidade da manutenção da prisão. Na prática, teve de ser superada a súmula 691 do STF, que proíbe recurso contra decisão liminar de tribunal superior sem que o mérito tenha sido analisado.

“Nada impede que esta Suprema Corte, quando do manejo inadequa-

do do Habeas Corpus como substitutivo (artigo 102, inciso II, alínea ‘a’ da Constituição Federal), analise a questão de ofício nas hipóteses de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia”, disse o ministro em sua decisão.

Segundo Dias Toffoli, “extraindo-se do ato construtivo a vedação prevista no artigo 44 da Lei 11.343/2006”, não há justificativa para respaldar a segregação cautelar dos réus, uma vez que “não há base empírica que a legitime.” Para Toffoli, o caso configura constrangimento ilegal flagrante, “perfeitamente sanável pela via do Habeas Corpus.”

STJ vem firmando jurisprudência em relação ao uso do cheque

O Superior Tribunal de Justiça vem firmando jurisprudência ao cheque, em relação a questões como execução, prescrição, indenização por erros ou mesmo delitos como fraude e roubo. A popularização desse título de crédito trouxe consigo a insegurança e a desconfiança, pois aquele pequeno pedaço de papel não oferecia a garantia de que a conta teria fundos suficientes para o pagamento do valor ali expresso. Além da devolução por falta de fundos, vieram outros problemas, como as fraudes e as confusões geradas pelo cheque pós-datado.

O tribunal, por exemplo, negou a aplicação do princípio da insignificância a um caso de furto em que o réu se aproveitou da relação de amizade com a vítima para furtrar quatro folhas de cheque em branco. A 6ª Turma do STJ considerou que a existência de maus antecedentes e a má conduta do réu, que abusou da confiança do amigo, justificaram a sua condenação à pena de dois anos e 11 meses de reclusão (HC 135.056).

Em outro caso, o mesmo colegiado negou Habeas Corpus a um homem que cometeu o crime de estelionato ao subtrair um talão de cheques e falsificar a assinatura do titular em duas folhas, realizando em seguida compras de mercadorias no valor de R\$ 43 e R\$ 51. O homem foi condenado a dois anos e seis meses de reclusão, em regime semiaberto.

O relator do caso, ministro Og Fernandes, entendeu que a falta de exame grafotécnico nos cheques fraudados pode ser suprida por outras provas.

“No caso, a materialidade do delito teria sido demonstrada pelo boletim de ocorrência registrado pela vítima, apreensão das microfílmagens dos cheques, auto de exibição e apreensão de cópia de comprovante de abertura de conta corrente em nome da vítima, termo de coleta de padrões gráficos do réu e confissão na fase do inquérito e em juízo”, afirmou o ministro (HC 124.908). Como o cheque é ordem de pagamento à

vista, a sua eficácia para o saque inicia-se com a simples entrega por parte do emitente ao beneficiário, podendo este dirigir-se imediatamente à agência bancária para proceder ao saque ou depósito. O prazo de apresentação serve como orientação para a contagem do prazo prescricional.

O STJ já consolidou o entendimento de que o cheque deixa de ser título executivo no prazo de seis meses, contados do término do prazo de apresentação fixado à data em que foi emitido, e a regra persiste independentemente de o cheque ter sido emitido de forma pós-datada.

Segundo o ministro Luis Felipe Salomão, o uso do cheque pós-datado, embora disseminado socialmente, traz riscos ao tomador do título, como o encurtamento do prazo prescricional e a possibilidade de ser responsabilizado civilmente pela apresentação do cheque antes do prazo estipulado (REsp 875.161).

09 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz proíbe aumento de 180% em plano de saúde

Um aumento de 181% em mensalidade de plano de saúde pode causar risco à integridade física do cliente, “diante de eventual cancelamento de seu plano por inadimplência”. O entendimento é do juiz Fabio de Souza Pimenta, da 32ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo, que deferiu liminar para que a Amil Assistência Médica Internacional não reajuste a mensalidade de uma cliente que completou 60 anos. O juiz determinou multa diária de R\$ 1 mil em caso de descumprimento.

No caso, a mulher possui contrato de plano de saúde desde 2003. Ao completar 60 anos em 2011, a empresa aumentou o valor da sua mensalidade em 181%, e alegou não existir irregularidade no reajuste, pois estava previsto em contrato. Sem conhecimento da ilegalidade do reajuste, a consumidora permaneceu pagando as mensalidades abusivas desde então. Recentemente, no entanto, decidiu buscar judicialmente a revisão dos valores.

Representada pelo advogado Luciano Correia Bueno Brandão, do escritório Bueno Brandão Advocacia, ajuizou ação com o objetivo de afastar o reajuste, bem como o reembolso da diferença paga a maior desde então. O advogado explica que, de acordo com súmula do Tribunal de Justiça de São Paulo, o reajuste após os 60 anos é vetado mesmo para os contratos anteriores ao Estatuto do Idoso — a Lei 10.741/2003.

A Súmula 91 do TJ-SP diz que “ainda que a avença tenha sido firmada antes de sua vigência, é descabido, nos termos do artigo 15, parágrafo 3º, do Estatuto do Idoso, o reajuste da mensalidade de plano de saúde por mudança de faixa etária”.

09 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo MuráG.Haygert

FURLAN:

"MAGISTRATURA É SACERDÓCIO DOS MELHORES, MAIS CAPAZES E MAIS TÉCNICOS"

O juiz federal Anderson Furlan, ex-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil/Paraná, é a melhor testemunha de todo o grande movimento que resultou, a partir da PEC 544, na criação do Tribunal Federal Regional do Paraná (com jurisdição também em SC e Mato Grosso do Sul).

Ele faz um amplo relato, cita os nomes mais significativos envolvido na luta – como os deputados Cida Borghetti e Francischini, a ministra Gleisi Hoffmann, o empresário Jonel Chede, entre outros - e contesta as posições do presidente do STF, que se pôs contra os novos tribunais federais.

Para o líder dos juizes federais paranaense, à magistratura devem ascender os melhores, os mais capazes, os mais técnicos.

1) O senhor foi de importância capital, junto com parlamentares e representantes da vida paranaense, para a aprovação no Congresso do TRF do Paraná, com jurisdição sobre SC e Mato Grosso do Sul. Em poucas palavras, faça um resumo dessa luta.

FURLAN: A luta pela criação de um Tribunal Regional Federal do Paraná é antiga. Há muitos anos o saudoso advogado Francisco Cunha Pereira Filho já colocava essa bandeira como prioritária ao Paraná. Todavia, após a aprovação da PEC 544 pelo Senado, essa bandeira foi esquecida e as tropas desmobilizadas. Passados 8 anos de esquecimento da PEC 544 nos escaninhos da Câmara, de forma absolutamente casual e não combinada, eis que em janeiro de 2010 assume a presidência da OAB/PR o advogado José Lúcio Glomb, estipulando como meta de sua gestão a aprovação da PEC. Cerca de 30 dias depois, tomou posse a nova diretoria da Associação Paranaense dos Juizes Federais - APAJUFE, na qual assumi o cargo de presidente. E o primeiro e mais importante objetivo da nova diretoria era buscar a aprovação da PEC 544 na Câmara.

... UM ATO HISTÓRICO EM MEADOS DE 2010...

Com sinergia e identidade de propósitos, OAB e APAJUFE realizaram um histórico ato público, em meados de 2010, o qual reacendeu a chama dos paranaenses para lutar pela sua Corte Federal. O Governador Orlando Pessuti entregou formalmente um ofício cedendo um prédio público estadual para a instalação do futuro TRF. Dezenas de deputados e autoridades saíram desse evento instados a lutar pela aprovação da PEC. Representantes da Associação Comercial do Paraná (Edson Ramon, Sarmento, Cleverson Marinho, etc), do Movimento Pró-Paraná (Jonel Chede). Juntamente com o presidente Glomb, iniciamos uma maratona de viagens à Brasília e uma peregrinação aos gabinetes dos deputados e da presidência da Câmara.

No segundo semestre de 2010, por muito pouco o Presidente Michel Temer não colocou a PEC 544 na pauta de votações. Na reunião ocorrida na sala do presidente Michel Temer e que antecedeu a votação no colégio de líderes, o presidente Glomb, de forma brilhante, sustentou e comprovou a necessidade inafastável da aprovação da PEC pela Câmara. Os deputados Abelardo Lupion, Cida Borghetti, Zeca Dirceu, Osmar Serraglio, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Nelson Padovani, Eduardo Sciarra, Rodrigo Rocha Loures e a então Senadora Gleisi estavam presentes e muitos falaram em defesa da PEC. O revés da articulação não desanimou-nos. Continuamos a rotina de viagens e visitas. No entanto, fomos surpreendidos posteriormente com a posse da Ministra Gleisi na Casa Civil e a ascensão de Sérgio Souza ao cargo de governador, tendo como seu conselheiro e assessor o advogado Marcos Stamm, figura onipresente em todas as articulações em defesa da PEC.

CONTINUA

Depois de meses de articulação, conseguimos novamente criar o clima político para inclusão em pauta. O Governador Beto Richa foi a Brasília e, juntamente com muitos deputados paranaenses, esteve com a OAB e APAJUFE no encontro com o Presidente da Câmara, o gaúcho Marco Maia. Expectativa novamente frustrada. Alegou o então presidente que se tratava de questão orçamentária e que o governo seria contra.

... CIDA BORGHETTI E FRANCISCHINI FORAM VITAIS...

Foi percebida nos bastidores a movimentação de Ministros do Superior Tribunal de Justiça contra a inclusão em pauta da PEC. A pedido da APAJUFE, o deputado Fernando Francischini e, logo em seguida, a deputada Cida Borghetti, conseguiram barrar a aprovação de um projeto de lei que era do maior interesse do então presidente do STJ, o gaúcho Ari Pargendler. Com outra movimentação do Senador Sérgio, na Comissão Mista do Orçamento, conseguiu-se com que o Ministro Pargendler fosse ao Congresso e se comprometesse a apresentar o estudo de impacto orçamentário relativo à PEC 544, o qual veio a comprovar que a instalação dos novos TRFs estaria de acordo com o orçamento da Justiça Federal e com a Lei de Responsabilidade Fiscal. A articulação na Câmara, liderada pelo Senador Sérgio Souza, com o apoio depois do deputado Amauri Teixeira (PT/BA) e dezenas de outros parlamentares, prosseguiu firme, incluindo algumas visitas que fizemos à Ministra Gleisi Hoffmann e a realização de alguns atos públicos na Câmara.

... NOTA TÉCNICA SOBRE A ESTARRECEDORA SITUAÇÃO PROCESSUAL DA JUSTIÇA FEDERAL...

Como óbices de questões orçamentárias insistiam em ser agitados, a APAJUFE e OAB, com auxílio do Doutor em Administração Mário Procupiuk, entregou uma extensa e completa nota técnica comprovando a viabilidade financeira e orçamentária da PEC 544 e com dados estarecedores sobre a situação processual da Justiça Federal de segunda instância. Esta nota foi posteriormente publicada em forma de livro pelo Senador Sérgio Souza e serviu para subsidiar e orientar centenas de parlamentares. Foi eleito presidente do Superior Tribunal de Justiça o paranaense Félix Fischer, que, como um estadista, não trabalhou para impedir que a Câmara desempenhasse suas funções. Veio a eleição para presidência da Câmara e com o candidato Henrique Alves a promessa de inclusão em pauta da PEC caso fosse eleito. Promessa feita, promessa cumprida. No dia 12.03.13, já com a presença dos novos presidentes da OAB (Juliano Breda) e APAJUFE (Antonio César Bochenek), lutadores incansáveis desde outrora pelo mesmo objetivo, foi realizado um novo ato público na Câmara e, no dia seguinte, 13.03.2013, foi aprovada em primeiro turno a PEC 544, em sessão presidida de forma brilhante pelo deputado paranaense André Vargas e marcada pelas fundamentais intervenções de Abelardo Lupion, Osmar Serraglio, Rubens Bueno e Francischini em defesa da PEC em um momento em que aparecia no horizonte a possibilidade de derrota. Também se destaca a participação ativa do Senador Sérgio Souza mesmo durante os debates na Câmara e na atuação conjunta com a Ministra Gleisi, nos momentos decisivos. Novo ato público realizado no dia 02.04.13.

... SENADOR SERGIO SOUZA REBATEU COM BRILHO ARGUMENTOS DO PRESIDENTE DO STF...

Veio a lume ofício do Presidente do STF contra a PEC, tendo todos os seus argumentos rebatidos com brilhantismo pelos deputados, pelo Senador Sérgio e principalmente pela clareza de ideias e contra-argumentos expostos pelo presidente da OAB, Juliano Breda, e os memoriais elaborados pela APAJUFE e apresentados pelo presidente Bochenek. No dia seguinte, depois de intensa articulação, novamente o deputado André Vargas presidiu a sessão histórica em que foi finalmente aprovada a PEC 544, para o bem da população brasileira, especialmente aquela parcela menos aquinhoada da população, que, muitas vezes com idade avançada, se equilibra entre a vida e a morte, a saúde e a doença, para ter direito a benefícios previdenciários e assistenciais, comumente sonegados pelo Poder Público e dependentes de uma decisão judicial para serem efetivados.

09 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

2) O ministro presidente do STF ficou contra a criação dos novos tribunais federais. Fez contatos e empenhou-se junto aos presidentes da Câmara e Senado para que a PEC não fosse aprovada. Como o senhor vê os argumentos do ministro?

FURLAN: Os argumentos do Ministro podem ser classificados como de ordem puramente pessoal, sem qualquer conteúdo técnico ou jurídico mais elaborado. São suas impressões e pontos de vista sobre a criação de 4 novas Cortes Federais. Ele mencionou a estrutura enxuta dos Estados Unidos, mas se esqueceu de mencionar que nos Estados Unidos não existe previdência social como no Brasil e graves conflitos relativos a tributos federais, prestações do SFH e relacionados à universalização da Saúde. Mencionou a Alemanha, mas, por exemplo, não lembrou de dizer que se fôssemos seguir o exemplo da Alemanha, deveríamos extinguir a Justiça Eleitoral, com um TRE em cada Estado e que notabilizou o Brasil perante o mundo pela eficiência do seu sistema eleitoral. Quanto aos aspectos orçamentários mencionados pelo Ministro, parece ter sido desconsiderado o estudo de impacto financeiro e orçamentário elaborado pelo Conselho da Justiça Federal, órgão competente para tanto e o procedimento administrativo com parecer favorável que tramita no Conselho Nacional de Justiça.

3) Está em discussão uma nova LOMAN, a Lei Orgânica da Magistratura. A atual não atenderia às necessidades do Brasil de hoje, até porque foi concebida na vigência do regime ditatorial? Por que é importante uma nova LOMAN?

FURLAN: A discussão sobre a nova LOMAN será objeto de muitos debates. Não será tarefa fácil. Se por um lado a LOMAN precisa ser atualizada diante de novas contingências sociais e estruturais, por outro lado corre-se o risco de se utilizar essa reforma da legislação para enfraquecer a própria magistratura. A população em geral só reconhece o valor de uma magistratura independente e forte quando é beneficiada pelas suas decisões. A magistratura é um sacerdócio ao qual devem ascender os melhores, os mais capazes, os mais técnicos. O juiz deve possuir a segurança necessária para decidir contra os interesses da maioria, contra o clamor público, contra os poderosos grupos financeiros, contra o Governo e ser capaz de resistir às pressões políticas. Tem que ser forte o suficiente para, como dizia Ralph W. Emmerson, não se dobrar aos tapinhas nas costas dados pelos poderosos. Além disso, é preciso observar que muitos ingressaram nessa carreira a partir da análise dos seus ônus e bônus. Uma grande corporação, ao contratar seus executivos, aqueles que tem maior poder de decisão sobre o trabalho dos demais, apresenta os benefícios pelos quais conseguirá atrair os melhores profissionais do mercado. Do mesmo modo, o Judiciário recrutou seus juizes a partir dos direitos e deveres constantes na LOMAN.

... JUÍZES, ÚLTIMO REFÚGIO DO CIDADÃO PERSEGUIDO...

Não me parece justo, embora possa parecer jurídico, que uma reforma ou atualização da LOMAN possa servir de pretexto para romper com esse pacto e diminuir as garantias da magistratura. A história demonstra, desde a mais remota antiguidade, que os juizes sempre foram o último refúgio dos cidadãos perseguidos e acuados pelos demais Poderes e por agentes públicos inescrupulosos, servindo também para promover a paz social através de decisões justas, técnicas e equilibradas.

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

09 ABR 2013

4) Na sua opinião - e o senhor presidiu a Associação Paranaense dos Juizes Federais APAJUFE - quais as principais reivindicações da magistratura brasileira que devem ser contempladas por uma nova Lei Orgânica?

FURLAN: São dezenas de tópicos do maior interesse e urgência que devem ser contemplados na nova LOMAN. Em apertada síntese, é necessário estabelecer uma maior democracia interna do Poder Judiciário, com eleição direta

da cúpula diretiva; regulamentar a remoção e permuta entre Estados e Regiões; padronizar a remuneração em âmbito nacional, especialmente com a simetria entre os demais agentes de poder; conceder ao Judiciário a possibilidade de realizar atualização monetária dos vencimentos, consoante seu próprio orçamento e as leis vigentes; dispor sobre formas de assegurar a proteção e segurança dos magistrados; ampliar as possibilidades de o magistrado exercer plenamente sua cidadania, inclusive com a possibilidade de ser eleito para outros cargos públicos (como os membros do Ministério Público);

com aprofundamento das pesquisas de vida pregressa e aptidão funcional; explicitar os deveres inerentes ao cargo, consoante os mais elevados princípios de ética e moralidade e, mais importante ainda, não diminuir as garantias e direitos da magistratura, permitindo que continue sendo uma carreira que possa ser atrativa aos melhores profissionais da área jurídica.

5) Os juizes são bem ou mal remunerados no país? O que deve ser corrigido - ou ampliado - na retribuição remunerativa dos magistrados brasileiros?

FURLAN: Tudo depende do custo de vida da localidade onde reside o magistrado e dos critérios de comparação. O que pode ser uma boa remuneração no interior do Paraná, pode não ser em Curitiba ou em São Paulo. Como regra geral, a magistratura federal é mal remunerada e a magistratura estadual é melhor remunerada. Como o Governo não reajusta adequadamente o salário mínimo, que é um salário realmente mínimo e totalmente insuficiente para atender às necessidades de uma família, se compararmos a remuneração de um magistrado federal, em torno de quinze mil reais, obviamente parece que o magistrado é bem remunerado e o trabalhador que recebe um salário mínimo é mal remunerado. Igualmente, trata-se de uma boa remuneração se comparada com a de um professor ou um policial militar, ou mesmo ao piso do salário de jornalista.

Por outro lado, respeitando-se obviamente as diferenças de atribuição e comprometimento, o salário de um professor público é maior que de um professor da rede privada, assim como o salário de um policial (militar ou federal) é superior aos vigilantes e seguranças privados.

Nessa linha de comparação, a remuneração de um magistrado federal é bem menor que a de outros profissionais com a mesma qualificação e responsabilidade no âmbito das empresas privadas e grandes corporações. Um diretor jurídico, um gerente de negócios ou de vendas, os advogados de médios e grandes escritórios recebem todos, em média, mais que os magistrados federais. Não se pode olvidar, é certo, que os magistrados federais escolheram a carreira não apenas pensando na remuneração, mas por vocação e também pelos demais direitos assegurados à carreira, os quais não são atribuídos à iniciativa privada. Como se vê, trata-se de tema complexo que não pode ser tratado com discussões de reduzido horizonte reflexivo.

CONTINUA

09 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

...EXTINGUIR A DELEGAÇÃO CARTORÁRIA NOS FOROS JUDICIAIS...

E mais: melhorar os instrumentos de pesquisa e fiscalização da atividade jurisdicional; extinguir a delegação cartorária nos foros judiciais; regulamentar a convocação de juízes nos casos de vacância e os critérios de remoção e promoção; aprimorar o sistema de recrutamento dos novos magistrados,

... O CNJ ESTÁ AGINDO A CONTENTO...

6) O CNJ ampliou ou limitou a ação dos juízes, com suas determinações que, muitas vezes, parecem partidas de um supremo tribunal de justiça?

FURLAN: A principal função do CNJ, a meu ver, é planejar estrategicamente a atuação do Poder Judiciário e realizar a fiscalização da atividade jurisdicional. E tem feito isso a contento. Não posso dizer que houve ampliação ou limitação da ação dos juízes. Posso dizer que se trata de órgão que está procurando uniformizar ações e procedimentos e tem sido razoavelmente eficaz na punição dos maus juízes, aqueles que desonram a magistratura ao praticar atos criminosos ou desidiosos, colocando em risco a legitimidade da atuação do Poder Judiciário e a honra e a dignidade dos milhares de juízes brasileiros que levam uma vida regrada, muitas vezes reclusa, de muito estudo e trabalho, procurando distribuir a justiça aos cidadãos.

... FISCALIZAR PARA EVITAR CURSOS DE BAIXA QUALIDADE...

7) Há excesso de cursos de Direito? Devem ser limitadas no seu crescimento numérico? Ou o problema é muito mais de qualidade do ensino que oferecem?

FURLAN: Realmente parece que existem muitas faculdades de direito. Certa vez ouvi uma estatística que dizia que na Coréia do Sul a cada 10 engenheiros havia 1 pessoa formada em Direito. E no Brasil, a cada 10 pessoas formadas em Direito, 1 engenheiro consegue se formar. Caso não exista uma vinculação direta com a advocacia, não me parece haver qualquer mal em que muitas pessoas adquiram conhecimentos jurídicos, até como uma segunda faculdade ou como uma faculdade complementar à atuação profissional da pessoa. O curso de Direito dá ao estudante uma visão de como a vida em sociedade é organizada. Trata-se de um conhecimento valioso para a própria cidadania. Obviamente, o MEC deveria fiscalizar melhor a qualidade dos cursos e evitar que a população seja enganada pela entrega de conhecimento de má-qualidade. ...

... A FAVOR DO EXAME DE ORDEM: "ADVOGAR É COISA SÉRIA"...

8) O chamado Exame de Ordem deve ser mantido, ampliado, ou eliminado, deixando que o chamado "mercado" regule a demanda por advogados?

FURLAN: Sou favorável à manutenção do exame de ordem. Uma pessoa pode ter um diploma em bacharel em Direito e pode prestar consultoria, além de outras atividades relacionadas com o domínio da informação jurídica. Para advogar, entretanto, tem que se mostrar habilitada. Uma pessoa despreparada, ao perder um prazo, ao defender mal seu cliente, pode colocar em risco a liberdade (nos casos de crimes), a saúde (em ações versando sobre medicamentos), a renda (em ações previdenciárias) das pessoas. E geralmente bons vendedores de ideias, com poucos conhecimentos jurídicos, podem causar graves danos a uma infinidade de pessoas, geralmente as pessoas mais carentes e que mais precisam de uma boa assistência jurídica. Esse efeito colateral, envolvendo aspectos graves da vida humana, pode resultar do mau funcionamento da "mão invisível" do mercado. Advogar é coisa séria. Para exercer a advocacia, acredito que a pessoa deve comprovar que tem condições de exercê-la.

CONTINUA

09 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

... NOS CURSOS ENSINA-SE A IDEOLOGIA DO LITÍGIO? ...

9) As faculdades de Direito do país são acusadas de desenvolver uma “ideologia de litígios”. Não se educa para a sugestão de penas alternativas. A mesma tendência a apoiar as demandas seria da “natureza dos juízes brasileiros”, segundo acusações reinantes entre teóricos do assunto. Qual sua opinião sobre o tema?

FURLAN: Não sei dizer se a beligerância judicial é maior ou menor no Brasil ou em outros países, consoante dados sociológicos. Sei dizer, por outro lado, que a Justiça brasileira, como regra geral, é muito barata e lenta, devido a uma complexa e enorme trama recursal. Neste contexto, demandar ou ser demandado apenas favorece o devedor, o mau pagador, o criminoso, as empresas que prestam um mal serviço. Muitos grandes devedores preferem “rolar” sua dívida tributária na Justiça à espera do próximo plano governamental de refinanciamento. Fosse mais caro se demandar na Justiça, existissem menos recursos e uma obrigação legal de se depositar o valor da condenação para recorrer, certamente haveria menos processos judiciais e estaria criado o ambiente propício e adequado à implantação efetiva de projetos de conciliação e mediação.

09 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Novos tribunais vão ficar em resorts, ironiza Barbosa

Contrário à emenda constitucional que cria quatro Tribunais Regionais Federais (TRFs), o presidente do STF, Joaquim Barbosa, afirmou ontem que a medida ocorreu de forma sorrateira, “ao pé do ouvido” e “no cochicho”. E ironi-

zou, afirmando que os tribunais seriam criados em resorts, “próximo da praia”. Barbosa falou em audiência com dirigentes de entidades de juizes e, ao ser contestado, mandou interlocutor “baixar o tom de voz”

Novos tribunais vão ficar em resorts, ironiza Barbosa

Presidente do Supremo afirma ainda que emenda que criou quatro TRFs foi aprovada ‘no cochicho’; contestado, manda representante de juizes baixar o tom de voz

Num clima de grande tensão, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, recebeu ontem dirigentes de associações representativas de juizes e afirmou que a aprovação da emenda constitucional que cria quatro tribunais regionais federais (TRFs) no País, apoiada por entidades da classe, ocorreu de forma sorrateira, “ao pé do ouvido” e “no cochicho”. Irônico, disse que as sedes desses tribunais devem ser instaladas em resorts, o mais próximo possível da praia.

“Esses tribunais vão ser criados em resorts, em alguma grande praia”, afirmou.

Em choque com as entidades de classe desde que afirmou que há um conluio entre magistrados e advogados e que os juizes brasileiros têm mentalidade pró impunidade, Barbosa pediu durante a audiência que o vice-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Ivánir César Ireno, baixasse o tom de voz. “Sorrateira não”, havia dito Ireno segundos antes, numa reação aos comentários de Barbosa. “O senhor abaixe a voz que o senhor está na presidência do Supremo Tribunal Federal”, afirmou Barbosa. “Só me dirija a palavra quando eu lhe pedir.” No encontro, que ocorreu cinco meses após a posse de Barbosa e foi extraordinariamente aberto a jornalistas, o presidente do STF

● Tom alto

JOAQUIM BARBOSA

PRESIDENTE DO STF AO

VICE-PRESIDENTE DA AJUFE

“O senhor abaixe a voz que o senhor está na presidência do Supremo Tribunal Federal. Só me dirija a palavra quando eu lhe pedir”

“Não confunda a legitimidade que o senhor tem enquanto representante sindical com a legitimidade dos órgãos do Estado”

e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deixou transparente a sua oposição à emenda que cria os 4 TRFs. Segundo ele, os novos tribunais custarão ao País R\$ 8 bilhões. Apesar disso, o CNJ não teria sido consultado.

Ireno disse que a Ajufe acompanhou o processo por anos. “Não confunda a legitimidade que o senhor tem enquanto representante sindical com a legitimidade dos órgãos do Estado. Eu estou dizendo é que órgãos importantes do Estado não se pronunciaram sobre o projeto que vai custar à Nação, por baixo, R\$ 8 bilhões”, disse Barbosa.

Para o presidente do STF, a criação dos tribunais será boa para a advocacia e para os juizes porque milhares de empregos serão criados. “Dá emprego. Dá quinto. Mas isso não é o interesse da Nação”, afirmou Barbosa.

“Esses tribunais vão ser criados em resorts, em alguma grande praia”, acrescentou. Um dos juizes presentes ao encontro observou que em Minas Gerais não existe praia. Barbosa respondeu: “Serão criados o mais próximo da praia possível.” Os novos TRFs serão instalados em Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA) e Manaus (AM).

Num outro momento tenso da audiência, Barbosa disse que se os dirigentes de entidades quiserem colaborar devem encaminhar as sugestões a sua assessoria e não ir antes à imprensa para fazer críticas. No encontro, eles entregaram um documento no qual defendem posições, como a necessidade de mais rapidez na solução de crimes cometidos contra autoridades.

09 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Desembargador exibiu riqueza, afirma colega

O desembargador Arthur Del Guércio Filho, afastado sumariamente de suas funções por suspeita de corrupção, “ostentava riqueza” segundo o desembargador Gilberto de Souza Moreira em depoimento à Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo. “Tinha carro Mercedes Benz; à época ele era um simples substituto e tinha veículos importados, casa em Campos do Jordão, a qual ele fazia questão de mostrar.”

O relato de Moreira contradiz as recorrentes alegações de Del Guércio que, para advogados de causas sob sua responsabilidade, solicitava dinheiro dizendo que atravessava “situação financeira apertada” ou que sofria pressões de credores. Em sua declaração de rendas e bens, exercício 2011, ele informou possuir uma Mercedes C 200 avaliada em R\$ 136 mil.

Moreira, que se aposentou na semana passada após 34 anos de magistratura, é testemunha importante na investigação aberta contra Del Guércio. Ele depôs dia 27 de março – o TJ liberou ontem os autos do procedimento para consulta.

Os dois integraram a 7.^a Câmara de Direito Privado do TJ até 2006. “Comecei a perceber uma coisa no mínimo estranha”, conta Moreira. *(Del Guércio)* me procurava com frequência para propor uma solução ou outra no processo que parecia muito descabida. Me procurou propondo soluções esdrúxulas.”

Moreira afirma que advogados, entre os quais magistrados aposentados, o informaram sobre a conduta de Del Guércio. “Nenhum se propunha a testemunhar porque não tinha provas e nós, da Câmara, já cientes de que o processo desonestidade era flagrante.”

Ele conta que se reuniu com outros desembargadores e chamaram Del Guércio. “Não queremos você como nosso companheiro”, disseram. “Ele *(Del Guércio)* virou as costas e desapareceu. Foi colocado em uma Câmara onde não poderia roubar, creio que execuções fiscais, mas depois se deslocou para a 15.^a Câmara de Direito Público.”

Denúncias. Na ocasião, Moreira levou as denúncias à Presidência do TJ. “O problema é que não havia provas. Na Justiça se usa como matéria-prima a prova. Se não tem prova não adianta. Essas camaradas não deixam vestígios. Demorou, mas ele *(Del Guércio)* deixou impressão digital. Agora, a prova é segura. *(Del Guércio)* é um furúnculo em um tecido são, uma mancha que nós apertamos, nós tiramos de um corpo confiável. A magistratura paulista é constituída de homens honrados.”

O criminalista José Luís Oliveira Lima, que defende Del Guércio, reagiu. “É inaceitável o afastamento de um magistrado, com 30 anos de atuação profissional, sem qualquer mácula em sua atividade profissional, sem que tenha sido dado ao meu cliente o direito de defesa.” Para Lima, o desembargador é alvo de “um julgamento de exceção”. “No momento oportuno, será demonstrada a im procedência das acusações.”

09 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Júri é adiado e ex-governador vai depor

Decisão foi tomada após jurada passar mal; acusados do massacre na Casa de Detenção voltam ao banco dos réus na segunda-feira

Uma jurada passou mal e acabou forçando o adiamento do júri dos 26 policiais militares acusados de terem participado do massacre na Casa de Detenção do Carandiru, em outubro de 1992, que provocou a morte de 111 presos. O julgamento, que deveria ter começado ontem, foi remarcado para a próxima segunda-feira.

A mudança na data deve garantir a presença do ex-governador Luiz Antônio Fleury Filho, que havia sido arrolado como testemunha de defesa. Ele disse ontem ao **Estado** que estava nos Estados Unidos e só chegou anteontem a São Paulo. Por causa da viagem, não tinha sido intimado. Com a nova data, a intimação pode chegar a tempo. "Se eu for intimado, irei. Sou um homem da Justiça", afirmou.

O julgamento do massacre do Carandiru foi dividido em quatro. A previsão é de que as sessões sejam marcadas a cada quatro meses. Na próxima segunda, os 26 réus são acusados de matar 15 pessoas do 2.º pavimento (1.º andar). As demais vítimas se espalharam pelos outros três andares do pavilhão 9 do Carandiru.

Para a advogada de defesa, Ieda Ribeiro de Souza, o depoimento do ex-governador é fundamental para se compreender como foi determinada a ordem que levou os PMs a entrarem no prédio Casa de Detenção. "Eu espero que ele venha. O depoimento do doutor Fleury é essencial porque ele vai poder explicar como

• Réus 2 PMs

Dos 26 acusados não compareceram ao julgamento, alegando motivos de saúde. No dia do massacre, no 2º pavimento do pavilhão 9, 28 agentes entraram nas celas. Dois já morreram.

foi determinada a ordem, o que aconteceu para o ingresso na casa de detenção. Houve ordem. Ninguém na PM atua sem ser sob ordem. Eu acredito que tenha sido a ordem de um órgão estatal e governamental. O que não se pode dizer é que ninguém sabia de nada", disse.

Uma das teses a ser explorada pela defesa é de que os policiais agiram obedecendo a ordem de uma autoridade superior hierarquicamente. A defesa pretende argumentar ainda que o coronel Ubiratan Guimarães, que comandou o ingresso na Casa de Detenção, foi absolvido pela Justiça em 2006.

Marcado para começar às 9 horas, o júri foi aberto perto das 11 horas. O movimento do público foi baixo, considerando a dimensão histórica do caso. Havia menos de dez pessoas presentes no começo da sessão.

Pouco depois da abertura, quando os jurados começaram a ler a cópia das sentença de pronúncia, uma das juradas passou mal e foi levada de cadeira de rodas para uma avaliação médica.

Perto das 14h30, o juiz José Augusto Nardy Marzagão anunciou que a sessão estava encerrada porque a comissão médica ha-

via impossibilitado a jurada de continuar no júri. O conselho de sentença foi dissolvido e novos jurados terão de ser escolhidos para o novo julgamento.

Sem prejuízo. Para o promotor Fernando Pereira da Silva, promotor de justiça do 2.º Tribunal do Júri, o adiamento foi um fato imprevisível, mas não prejudica a acusação. "O adiamento foi por uma contingência que foge ao controle do Judiciário e de qualquer uma das partes do processo. A preparação feita para esta semana se mantém."

CONTINUA

TJ divulga nomes de PMs e revolta a defesa

A defesa dos 26 policiais militares acusados de terem participado do massacre de 111 mortos na Casa de Detenção do Carandiru estuda medidas a serem tomadas contra o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), ante a divulgação do nome e da qualificação dos réus no julgamento de ontem. O TJ-SP divulgou o nome dos acusados.

Segundo a advogada Ieda Ribeiro de Souza, o pedido foi feito por causa dos ataques a policiais militares praticados por integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) no ano passado. "A omissão do nome dos clientes (*réus*) é uma questão de segurança, em virtude de ataques que tivemos. E eu havia solicitado sigilo, tinha sido deferido e eu não sei o que aconteceu no Tribunal de Justiça para divulgar", disse.

O juiz José Augusto Nardy Marzagão afirmou que não houve erro por parte do TJ-SP. Por meio de nota, disse que "a advogada dos réus requereu o sigilo das informações sobre as qualificações dos acusados". "No entanto, em decisão, determinei que indicasse as folhas em que se encontravam tais qualificações. Assim, foram fornecidas as folhas e foram riscadas as qualificações das folhas informadas. Agora, há diversas peças, como a denúncia, por exemplo, que não foram indicadas pela causídica (*advogada*), o que, por óbvio, permite que sejam os réus identificados. E mais, o acórdão confirmatório da pronúncia, que consta do banco de jurisprudência virtual do Tribunal, faz referência aos réus e se encontra à disposição de qualquer cidadão. Dessa forma, não houve qualquer erro nosso (TJ-SP), pois, como disse, as folhas indicadas pela defensora foram riscadas, as demais não".

Faltas. Parte das testemunhas não compareceu ao primeiro dia do julgamento durante o dia de ontem. Foram arroladas 13 testemunhas pela acusação e dez pela defesa. Até a hora do almoço, somente seis haviam comparecido.

09 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

STJ julga Caso Evandro

A 6.ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve julgar hoje, a partir das 13h30, o pedido do Ministério Público para anular o júri de Francisco Sérgio Cristofolini e Airton Bardeli. Ambos são acusados de participar da morte do menino Evandro Ramos Caetano, em Guaratuba, em abril de 1992, em suposto ritual de magia negra.

Entre os sete julgados no caso, os dois foram os únicos inocentados, pelo júri popular ocorrido em junho de 2005. O MP recorreu do resultado, mas o Tribunal de Justiça do Paraná manteve a absolvição. Diante disto, o MP entrou com novo recurso especial no STJ.

FGTS dos presos

Acordo entre a Caixa Econômica Federal e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permite que presos saquem o FGTS sem ir à agência bancária. O CNJ calcula que 27 mil dos 500 mil detentos têm direito ao fundo de garantia. Hoje, para requerer o benefício, o preso depende de autorização do juiz para ir ao banco, sob escolta policial. A partir de agora, o preso faz o pedido em processo que será enviado ao banco pela Justiça.

Gaeco

O investigador Aleardo Righetto, preso na semana passada com uma arma ilegal, na operação do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), para investigar extorsões na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV), foi ouvido na tarde de ontem. Seu advogado, Rafael Pellizzetti, garantiu que Righetto agiu dentro da lei. "Todas as ações foram documentadas", explicou. O investigador e os delegados Gerson Machado e Luiz Carlos de Oliveira foram presos na quarta-feira passada, mas respondem em liberdade.

Carandiru

O julgamento do massacre do Carandiru foi remarcado para a próxima segunda-feira. Uma das juradas passou mal e impossibilitou o continuação dos trabalhos, iniciados às 11h de ontem, no Fórum da Barra Funda. Dessa forma, o conselho de sentença, formado por sete jurados, teve de ser dissolvido. A ausência de familiares das vítimas e manifestações de ativistas chamou a atenção durante a abertura da sessão. Outros júris serão formados em seguida para julgamento dos 79 réus.

09 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

“TUDO AQUI”

Oposição pede projeto básico à Justiça

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa protocolou nesta segunda-feira, uma ação cautelar de exibição de documentos na Vara de Falências, Concordatas e Recuperações Judiciais para obter do governo do Estado informações sobre o processo de elaboração e execução do programa Tudo Aqui Paraná, formatado pelo governo como Parceria Pública Privada, no valor de R\$ 2,9 bilhões pelo período de vinte e cinco anos, prorrogáveis por igual prazo. O líder da bancada, deputado Tadeu Veneri (PT), explicou que os deputados tentaram obter os dados por meio de pedidos de informações, mas os requerimentos foram negados em plenário. Assim como também foi rejeitado o convite para que o secretário responsável pelo programa, Cássio Taniguchi, do Planejamento, comparecesse ao plenário para prestar esclarecimentos públicos.

“Esses documentos não estão cobertos por sigilo e contêm importantes informações sobre o processo licitatório”, disse Veneri. Por meio da ação, os deputados pedem o acesso ao projeto básico do programa

Tudo Aqui. “Precisamos desse projeto para entender como o governo chegou ao valor proposto na licitação. Os estudos técnicos preliminares podem nos fornecer esses dados. Sem saber como este projeto foi fundamentado, não temos condições de conferir se o interesse público está sendo preservado”, disse Veneri.

O prazo da concorrência foi suspenso por ordem do governo do Estado, após os questionamentos da oposição e, posteriormente, por determinação do Tribunal de Contas do Estado. “Porém, esse processo foi suspenso e a qualquer momento pode ser reativado, sem que saibamos como esse contrato foi fundamentado e quais são exatamente as obrigações do poder público no projeto e aquelas estabelecidas para a iniciativa privada”, disse o líder da Oposição.

O programa Tudo Aqui prevê a implantação e operação de nove unidades de atendimento ao cidadão em sete municípios do estado. São três centros em Curitiba, e os demais em Cascavel, Guarapuava, Londrina, Ponta Grossa e Maringá. Cada unidade reunirá 34 órgãos e 171 serviços dos governos federal, estadual e municipais.

09 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

REFORMA POLÍTICA

OAB nacional defende financiamento público

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) entregaram ao presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros (PMDB-AL), ontem, um manifesto contra o financiamento privado de campanha. Os ativistas e advogados defendem financiamento público igualitário para evitar a troca de favores políticos por dinheiro durante o período eleitoral.

“O que está acontecendo hoje é que nós temos campanhas financiadas com base na troca por contratos públicos posteriores. Isso tem que acabar. Nós precisamos de um financiamento democrático, as campanhas não devem ser financiadas por empresas”, disse o diretor do MCCE, Marlon Reis. “Estamos falando de cri-

térios de equidade e transparência, da proibição efetiva de caixa dois de campanha, com a criminalização dessa prática. Isso é muito mais que dar dinheiro para candidato”.

O primeiro passo da campanha será tentar sensibilizar o Congresso Nacional para o problema. Caso a iniciativa não dê resultados, o MCCE e a OAB preparam a minuta de um projeto de iniciativa popular nos moldes da Lei da Ficha Limpa para apresentar.

Segundo o vice-presidente da OAB, Cláudio Lamachia, a expectativa, no entanto, é que o assunto seja resolvido pelo Poder Legislativo. “Nós estamos otimistas. Se não, a exemplo do que fizemos com a Lei da Ficha Limpa, faremos com o financiamento de campanha”, disse Lamachia.

CARANDIRU

Jurada passa mal e julgamento é adiado

O julgamento do massacre do Carandiru foi remarcado para o dia 15 de abril. Uma das juradas passou mal ontem e teve de ser atendida, impossibilitando a continuação dos trabalhos. Dessa forma, o conselho de sentença, formado por sete jurados, teve de ser dissolvido. Na próxima segunda-feira, os trabalhos serão retomados às 9h, no Fórum da Barra Funda.

O julgamento havia começado por volta das 11h desta segunda-feira, com a presença de 24 dos 26 réus acusados, pela morte de 15 pessoas no dia 2 de outubro de 1992 na Casa de Detenção de São Paulo - a ação ficou conhecida como o massacre do Carandiru. Sete jurados foram sorteados para compor o conselho de sentença, sendo cinco mulheres e dois homens.

Falso sequestro

O Ministério Público do Paraná, por meio da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Grossa, ajuizou ontem denúncia para apurar falsa comunicação de crime e fraude processual, atribuídos à vereadora **Ana Maria Branco de Holleben (PT)**. Segundo a denúncia, baseada em dois inquéritos policiais, em 1º de janeiro de 2013, para justificar ausência na votação para eleição da mesa diretora da Câmara Municipal de Ponta Grossa, a vereadora simulou o próprio sequestro. São denunciadas, além da vereadora Ana Maria, outras cinco pessoas: Idalecio Valverde da Silva, Branca Branco de Holleben, Reginaldo da Silva Nascimento, Susicleia Rocha Valverde da Silva e Adauto Valverde da Silva.

EM BAIXA

Uma semana após o fim do prazo, **O MINISTRO CELSO DE MELLO**, do Supremo Tribunal Federal, entregou ontem o seu voto no julgamento do mensalão. Ele era o último integrante da Suprema Corte que ainda não tinha entregado a sua parte, incluindo a revisão das suas intervenções orais em plenário.

09 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Mutirão faz de 15 mil atendimentos em Turvo

O Paraná em Ação, realizado neste fim de semana, em Turvo, na região central do Estado, fez mais de 15 mil atendimentos. Além de moradores da cidade e de municípios vizinhos, o evento recebeu também pessoas das comunidades indígenas Kaingangue e Guarani e, de quilombolas Campina dos Morenos, de Turvo, e Invernada Paiol de Telhas, de Guarapuava. Durante o fim de semana, a população encaminhar documentos (primeira via da carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho), obter orientação sobre documentos necessários para acesso a benefícios dos governos federal e estadual, ter acesso a serviços judiciais e extrajudiciais - como divórcios consensuais, guarda e responsabilidade de menores, reconhecimento de paternidade e maternidade. O grande destaque foi emissão de identidade, cpf e carteira de trabalho para mais de 200 pessoas das comunidades indígenas e quilombola.

MP denuncia vereadora por falso sequestro

O Ministério Público do Paraná, por meio da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Grossa, ajuizou nesta segunda-feira, 8 de abril, denúncia para apurar falsa comunicação de crime e fraude processual, atribuídos à vereadora Ana Maria Branco de Holleben. Consta da denúncia, oferecida com base em dois inquéritos policiais que em 1º de janeiro de 2013, para justificar ausência na votação para eleição da mesa diretora da Câmara Municipal de Ponta Grossa, a vereadora simulou o próprio sequestro. São denunciadas, além da vereadora Ana Maria, outras cinco pessoas: Idalecio Valverde da Silva, Branca Branco de Holleben, Reginaldo da Silva Nascimento, Susicleia Rocha Valverde da Silva e Adauto Valverde da Silva.

09 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

R\$ 8 bilhões

É quanto custará por ano os quatro novos tribunais regionais federais no País, segundo cálculo do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, entregue ao ministro José Eduardo Cardozo (Justiça). "Barbosa me informou que R\$ 8 bilhões seria possivelmente o impacto. Mas ainda não tenho dados do Ministério do Planejamento, que é o órgão responsável", explicou o ministro. Cardozo irá apresentar as informações recebidas ao advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, que irá analisar a questão.

INFORME

Em plenário

O deputado estadual Toninho Wandscheer (PT) voltou para a Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, após afastamento por licença médica. O presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), registrou o retorno do parlamentar e concedeu a palavra brevemente ao político, que elogiou os médicos responsáveis pelo seu caso (retirada de aneurisma cerebral). O desembargador Nefi Cordeiro, do Tribunal Regional da 4ª Região, também visitou os políticos, pedindo apoio para sua candidatura a uma vaga no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

CLÁUDIO HUMBERTO

Ele quer mandar no STF

O ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos pressiona para que o acórdão do julgamento do mensalão seja publicado somente depois de o plenário decidir sobre o prazo para apresentação de embargos.

09 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

TC dá cinco dias para governo enviar dados do 'Tudo Aqui'

Bancada de oposição também vai à Justiça para obter documentos; governista critica atuação de tribunal

Curitiba - O governo do Paraná tem até sexta-feira para enviar à Corregedoria do Tribunal de Contas (TC) do Estado documentação sobre o Programa "Tudo Aqui", cuja licitação bilionária estava marcada para 25 de abril, mas foi suspensa pelo governador Beto Richa (PSDB). A solicitação foi formalizada pelo conselheiro Ivan Bonilha, corregedor, após manifestação do presidente do TC, Artagão de Mattos Leão. O "Tudo Aqui" é uma parceria público-privada para terceirizar a prestação de até 171 serviços públicos, que seriam disponibilizados em nove centrais (três na capital, seis no interior).

Estima-se que o custo desta operação chegue a R\$ 2,9 bilhões, pois durante 25 anos o Estado pagaria à vencedora cerca de R\$ 10 milhões por

mês. Três semanas atrás, o líder da oposição na Assembleia Legislativa (AL), Tadeu Veneri (PT), queixou-se da pouca publicidade dada à licitação. Em resposta, o líder do governo na AL, Ademar Traiano (PSDB), disse que tudo era do conhecimento do TC. Por duas vezes, desde então, Artagão desmentiu que o Tribunal tivesse dado aval ao "Tudo Aqui".

No meio desse "fogo cruzado", o governador determinou a suspensão da licitação. O TC também pode decidir pela suspensão, caso encontre falha na documentação a ser enviada pelo Estado à Corregedoria. Ivan Bonilha vai encaminhar o caso para a 1ª Inspetoria, do conselheiro Nestor Baptista, que poderá se manifestar, ou não, nesse sentido. A situação incomodou Traiano, cuja opinião é que o TC devia se manifestar após a licitação realizada e não antes.

"Cabe ao TC à investigação após o processo licitatório. Se houver falhas no processo, ele poderia até se insurgir, mas até o presente momento não há licitação andando. O TC se insurgir agora é um tanto prematuro. Não vou dizer que haja precipitação. Prudência é muito bom, o Tribunal deve ter se insurgido nessa linha", diz

Traiano, defendendo que o envio de documentação é apenas a título de "informação", e não "fiscalização".

Paralelamente à atuação do TC, a bancada do PT ingressou ontem na Justiça Estadual com uma ação cautelar em que pede cópia do projeto executivo do "Tudo Aqui", feito pela empresa Shopping do Cidadão. "A ação do TC corrobora aquilo que a oposição dizia, que falta informação. A suspensão é importante nessa hora, pois a ideia não precisa ser descartada. A dúvida é sobre o preço que vai ser pago, pois Minas Gerais faz mais atendimentos e o serviço custa cerca de R\$ 300 milhões", questiona Veneri. Ele acusa o governo de "ocultar" os documentos do processo. Traiano reitera que houve publicidade do processo e que a oposição pode recorrer à Justiça se discordar disso.

FOLHA DE LONDRINA

MP denuncia vereadora de Ponta Grossa

09 ABR 2013

O Ministério Público (MP) do Paraná apresentou ontem à Justiça de Ponta Grossa (Centro Oriental) denúncia de falsa comunicação de crime e fraude processual, atribuídos à vereadora Ana Maria Branco de Holleben (PT). O promotor de Justiça Jânio Luiz Pereira descreve no documento qual seria a manobra política idealizada pela petista no dia 1º de janeiro, quando ela teria simulado o próprio sequestro para não participar da votação que escolheu a nova presidência da Câmara de Vereadores.

Conforme a denúncia, Ana "embora tivesse assumido o compromisso de votar em Paulo Cenoura (PSC), da oposição ao governo municipal, decidiu não votar no referido candidato porque desta forma beneficiaria também o vereador Marcelo Careca (PT), que se elegeu, segundo Ana, utilizando-se da estrutura de campanha dela". Ainda segundo o MP, para não votar no candidato à Mesa aliado do prefeito Marcelo Rangel (PPS), Ana Maria e os demais denunciados simularam o sequestro "para poder se ausentar sem se prejudicar politicamente".

Também são citados pela participação no falso sequestro outras cinco pessoas: Idalecio Valverde da Silva, Branca Branco de Holleben (mãe de Ana Maria), Reginaldo da Silva Nascimento, Suscleia Rocha Valverde da Silva e Adauto Valverde da Silva.

De acordo com o MP, "voluntariamente e conscientes da ilicitude e reprovabilidade das próprias condutas, todos vinculados entre si, simularam crime de sequestro". A FOLHA tentou falar com a vereadora ontem, mas ela não estava na Câmara e o advogado dela não atendeu o celular.

Julgamento do Carandiru é adiado

São Paulo - O julgamento do caso conhecido como massacre do Carandiru, que deixou 111 presos mortos em outubro de 1992, foi adiado ontem. O júri será retomado no dia 15. O julgamento começou por volta das 11h10 no Fórum da Barra Funda, zona oeste. Após a escolha do conselho de sentença - foram escolhidos cinco mulheres e dois homens - foi feita a leitura das peças. Uma das juradas passou mal e foi decidido adiar o julgamento. A mulher não voltou para o plenário. O juiz José Augusto Nardy Marzagão anunciou a impossibilidade de a jurada permanecer no plenário e dissolveu o júri.

09 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Reinserção de detentos

*É necessário
também que a
sociedade e a Justiça
deem chance
aos que buscam
reabilitação*

Dono da terceira maior população carcerária do mundo – são mais de 500 mil presos espalhados em cadeias e penitenciárias de todo o País -, o Brasil caminha a passos lentos para resolver o problema crônico da superlotação. Em muitos presídios pouco se faz para a chamada reinserção dos detentos à sociedade. São poucas também as unidades prisionais que oferecem oportunidade de emprego aos encarcerados. É certo que os condenados paguem pelos crimes cometidos, mas é necessário também que a sociedade e a Justiça deem chance aos que buscam reabilitação.

E nada melhor que essa oportunidade beneficie segmentos carentes ou que necessitem de apoio. Reportagem da FOLHA, publicada no último sábado, abordou o trabalho de cinco detentos da unidade 1 da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) em prol do Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos. Eles dedicam seis horas digitando materiais didáticos adaptados para deficientes visuais. Desenvol-

vido há cerca de um mês, o projeto Visão de Liberdade é uma parceria entre a PEL e o Instituto dos Cegos. A cada três dias de trabalho os presos ganham um dia de remição da pena e

recebem R\$ 30 mensais.

De acordo com o diretor em exercício da PEL, Cristiano Ivano, somente 15 dos 595 detentos provisórios ou apenados da unidade devem participar dessa fase inicial do projeto devido à limitação de computadores e do conhecimento necessário para fazer a atividade. Mas aqueles que participam da atividade mostram-se satisfeitos não somente pela remição da pena, mas por poder contribuir para a sociedade. "O sentimento é de orgulho por saber, que estamos produzindo um trabalho que vai ajudar pessoas com deficiência visual a aprenderem mais coisas", definiu um dos detentos ouvidos pela reportagem.

A iniciativa da PEL mostra que outras parcerias poderão ser firmadas nos demais presídios para dar ocupação aos detentos. Essa preocupação deveria ser prioridade dos responsáveis pelas unidades prisionais.

METRO 09 ABR 2013

Funcionária denuncia assédio sexual em Sydney

Diplomacia. Cônsul-geral do Brasil é acusado de assediar uma recepcionista do consulado. Itamaraty fará nova apuração das acusações, antes de abrir um processo administrativo

Ameaçado de responder a um processo administrativo no Itamaraty por maus tratos cometidos contra oito servidores, o cônsul-geral do Brasil em Sydney, na Austrália, Américo Dyott Fontenelle, agora também é acusado de assédio sexual. O **Metro** teve acesso a uma carta escrita por uma ex-secretária. Cláudia Gambin conta detalhes do tratamento que recebia durante o período em que trabalhou no consulado, entre abril e novembro de 2012.

O **Metro** entrou em contato com o consulado na cidade australiana, mas Fontenelle não foi encontrado.

O Itamaraty identificou uma irregularidade na primeira apuração dos fatos, comandada pelo embaixador do Brasil no Kuwait, Roberto Abdall, em março. No meio diplomático, o embaixador é visto como corporativista. Por isso, nos dias 15 e 16 deste mês, uma comissão de conselheiros irá a Austrália para fazer um novo relatório com as acusações. Só então, o cônsul-geral poderá ser processado administrativamente. A pena vai desde suspensão até a exclusão do serviço público.

Na esfera criminal, há dificuldade para punir o embaixador. Enquanto os diplomatas respondem pelas leis brasileiras, os contratos

DENÚNCIA FORMAL

Ex-funcionária mandou e-mail para o ministro das Relações Exteriores e até para a Secretaria de Direitos Humanos

1

PARA QUEM QUISE OUVR

De: Cláudia Gambin <cgambin@mail.com>
Data: 7 de abril de 2012 13:24

Assunto: Denúncia - Consulado Geral de Sydney

Para: antonio.pimenta@itamaraty.gov.br, ministro.estado@itamaraty.gov.br, sr@itamaraty.gov.br, cor@itamaraty.gov.br, spex@itamaraty.gov.br, lara.dae@itamaraty.gov.br, irprensa@itamaraty.gov.br, direitos-humanos@sdh.gov.br, denis.anto@itamaraty.gov.br, contato@servi@itamaraty.gov.br, local.mre@gmail.com

2

Declaro que presenciei e sofri inúmeros episódios de abuso verbal, discriminação, intimidação, abuso de poder e assédio moral e sexual contra funcionários e/ou público em geral.

Declaro também ter sido assediada pelo Embaixador Fontenelle que por inúmeras vezes se referiu à minha pessoa e a outra funcionária de maneira pouco profissional. Insinuando-se e fazendo comentários inapropriados tais como: "Você mãe deixa louco", "Adoro quando você fica vermelha" (pois sempre fico vermelha quando estou com vergonha), "Desta maneira você me mata", entre outros mais rudes.

3

SEM ANONIMATO

Respeitosamente,

Claudia Pereira V. G.
Ex Funcionária Local - Consulado Geral do Brasil em Sydney

de trabalho são regidos pela legislação local.

Pedido de providências

A Aflex (Associação Internacional dos Funcionários e Servidores Locais do MRE no Mundo) reuniu denúncias

ocorridas nos últimos dois anos em escritórios, por exemplo, dos Estados Unidos, Suíça, Bélgica, Canadá, Austrália, Líbano e Zimbábue.

A documentação já foi repassada para o MPT (Ministério Público do Trabalho) e entregue aos deputados e senadores. Nenhuma providência, contudo, foi tomada até o momento.

09 ABR 2013

METRO

TCE. Ex-secretário terá que devolver R\$ 1,5 mi ao Estado

O Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) pediu ontem a impugnação das despesas do "Portal Paisagístico e Complexo Paisagístico e Turístico de Foz do Iguaçu", no Oeste do Estado.

O valor total do empreendimento, realizado na gestão do ex-secretário estadual do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura (1996/2000), foi de R\$ 3.286.547,60 e o TCE

pediu a devolução, por ele, de R\$ 1,585 milhão.

Foram apontadas 15 irregularidades no processo de construção, entre elas pagamento de serviços não executados. Agora o Ministério Público Estadual vai analisar o caso.

Procurado, o ex-secretário não respondeu ao pedido de entrevista do **Metro**.

MP. Vereadora de Ponta Grossa é denunciada

O Ministério Público do Paraná ajuizou ontem denúncia para apurar falsa comunicação de crime e fraude processual da vereadora de Ponta Grossa Ana Maria de Holleben (PT), suspeita de forjar o próprio sequestro no início deste ano para justificar a ausência na votação para eleição da mesa diretora da Câmara Municipal.

Além da vereadora, também foram denunciadas outras cinco pessoas: Idalecio Valverde da Silva, Branca Branco de Holleben, Reginaldo da Silva Nascimento, Susi-



Caso foi no dia 1º de janeiro

1 DIVULGAÇÃO

cleia Rocha Valverde da Silva e Adauto Valverde da Silva.